



ESTADO DE SERGIPE  
MUNICÍPIO DE BOQUIM  
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

# RELATÓRIO DE GESTÃO

## BOQUIM/SERGIPE

Prefeito Municipal: Eraldo de Andrade Santos

Vice Prefeito: José Francisco de Almeida

Procurador Geral: Fernando de Araújo Menezes

Procurador Municipal: Marcelo de Jesus Santos

### EQUIPE DE APOIO TÉCNICO:

Amanda Valeska Fontes dos Santos - Assessora Técnica

Rosecleide Ferreira Silva - Assessora Técnica

Lúcia Gabriella da Silva Fonseca - Assessora Especial

Caroline Fonseca Fernandes - Assessora Especial

### EQUIPE DE APOIO ADMINISTRATIVO:

Gabriela Laís Silva Lima - Secretária Executiva

José Jonathan Mendonça Barbosa - Estagiário

Fernando de Araújo Menezes  
Procurador Geral do Município



ESTADO DE SERGIPE  
MUNICÍPIO DE BOQUIM  
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

1. DA APRESENTAÇÃO:

A Procuradoria Geral do Município de Boquim é órgão do Poder Executivo responsável pela defesa judicial do Município e pela manutenção da legalidade dos atos de todos os setores da Administração Pública Municipal.

É imprescindível considerar ainda, a importância e a abrangência do papel da Procuradoria Geral do Município, decorrentes dos efeitos diretos e indiretos de sua atuação enquanto Órgão do Poder Executivo, na medida em que exerce as competências a seguir apresentadas, dispostas no artigo 3.º da Lei n.º 380 de 22 de dezembro de 1997.

As competências da Procuradoria Geral do Município de Boquim são as seguintes:

- Prestar assistência técnica-jurídica ao Prefeito e demais órgãos;
- Promover, perante juízes e tribunais, a defesa dos interesses do município;
- Emitir parecer de ordem jurídica, sobre qualquer assunto, quando solicitado;
- Representação Jurídica do Município em qualquer juízo ou tribunal, atuando nos feitos em que tenha interesse;
- Receber, encaminhar e acompanhar os pedidos formulados pelo Ministério Público, Poder Judiciário, entre outros;
- Elaboração de Projetos de Leis, Decretos, Regulamentos, Medidas Provisórias, Portarias e outros atos administrativos da competência do chefe do Poder Executivo;



**ESTADO DE SERGIPE**  
**MUNICÍPIO DE BOQUIM**  
**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

- Elaboração de mensagens, preparação e fundamentação sobre as razões de veto, observando os prazos legais para sanção e veto;
- Encaminhamento de Projetos de Leis à Câmara de Vereadores e acompanhamento de sua tramitação;
- Publicação e divulgação de Leis, Decretos e outros atos do Executivo Municipal;
- Zelo pela observância das Leis e atos emanados dos Poderes Públicos;
- Proposição de medidas necessárias à uniformização dos atendimentos da legislação municipal e organização das respectivas súmulas;
- Prestar assistência aos processos judiciais e extrajudiciais referente à desapropriação, alienação e aquisição de imóveis pela prefeitura;
- Análise de minutas de contratos, convênios e outros instrumentos legais;
- Analisar a juridicidade dos convênios e contratos administrativos, previamente à sua assinatura;
- Defesa judicial de atos oficiais, praticados pelo Prefeito, Secretários do Município e demais agentes da administração direta;
- Elaborar pareceres sobre consultas formuladas pelo Prefeito e demais órgãos da Prefeitura, relativos a assuntos de natureza jurídico-administrativa;
- Encaminhamento de sugestões ao Prefeito e Secretários Municipais relativos às providências de ordem jurídica de interesse público;
- Atuar na formação e pagamento de precatórios judiciais;



**ESTADO DE SERGIPE**  
**MUNICÍPIO DE BOQUIM**  
**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

- Executar judicialmente a dívida ativa do Município;
- Desempenho de outras atividades afins e correlatas determinadas pelo Prefeito.

A Procuradoria Geral do Município de Boquim é estruturada da seguinte forma:

- 01 (um) procurador Geral;
- 02 (dois) Procuradores Municipais;
- 01 (um) Secretário Executivo.

Muito embora a estrutura acima descrita, importante consignar que a Procuradoria conta com a valiosa colaboração de Assessores Técnicos (2) e Assessores Especiais (2), que atuam nas diversas Secretarias.

Com efeito, relevante destacar os pontos considerados positivos no decorrer do ano de 2017, quais sejam: investimento da gestão em capacitação dos agentes e o valioso respeito do gestor municipal e da chefia imediata às opiniões jurídicas emitidas em consonância com o ordenamento jurídico.

Quanto aos pontos que precisam ser melhorados em 2018, podemos destacar os seguintes: reorganização e modernização da estrutura física da Procuradoria Geral, que necessita de significativa reforma; treinamento dos colaboradores, estagiários e assessores técnicos, bem como do quadro de apoio, com vistas a facilitar a compreensão dos Secretários e servidores das diversas Secretarias Municipais quanto às orientações jurídicas prolatadas e execução dos procedimentos, inclusive aqueles relacionados à formalização de contratos.

## **2. DAS AÇÕES E ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO ANO DE 2017:**

Inicialmente, relevante destacar que, com imensa satisfação, concluímos um ano de Administração, sob o comando do Prefeito Eraldo de Andrade Santos, e, para nós que fazemos a Procuradoria Geral do Município, é motivo de muita honra poder contribuir com esta gestão, na esperança



**ESTADO DE SERGIPE**  
**MUNICÍPIO DE BOQUIM**  
**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

e expectativa de dias melhores para a comunidade Boquinense.

Em apertada síntese, eis o relatório das ações e atividades desenvolvidas no ano de 2017.

1. **PROCESSOS QUE TRAMITAM NA VARA CÍVEL NA COMARCA DE BOQUIM:** 556 (quinhentos e cinquenta e seis) ações de natureza diversas;

2. **AUDIÊNCIAS REALIZADAS:** 5 (cinco) nas varas Cíveis e do Trabalho.

3. **AUDIÊNCIAS REALIZADAS perante o Ministério Público Estadual:** 73 (setenta e três)

4. **PRECATÓRIOS CÍVEIS INSCRITOS NO ANO DE 2017:** 13 (treze) precatórios cíveis de natureza alimentar e não alimentar.

5. **PRECATÓRIOS TRABALHISTAS INSCRITOS INSCRITOS EM 2017:** 2 (dois) precatórios de natureza trabalhista.

6. **OUTROS PROCEDIMENTOS E ATIVIDADES:** Ações desenvolvidas pela Procuradoria na elaboração de Projetos de leis, Contratos, Pareceres, Ofícios, Comunicações Internas e demais atos administrativos, no ano de 2017;

6.1 - **PROJETOS DE LEIS ELABORADOS:** 26 (vinte e seis);

6.2 - **DECRETOS ELABORADOS:** 243 (duzentos e quarenta e três);

6.3 - **CONTRATOS DIVERSOS:** 312 (trezentos e doze)

6.4 - **LEIS SANCIONADAS E PUBLICADAS:** 35 (trinta e cinco);

6.5 - **PARCERES JURÍDICOS EMITIDOS:** 471 (quatrocentos e setenta e um);

6.6 - **LEIS COMPLEMENTARES:** 0;

6.7 - **OFÍCIOS E MEMORANDOS:** 69 (sessenta e nove) e 441 (quatrocentos e quarenta e um) respectivamente;

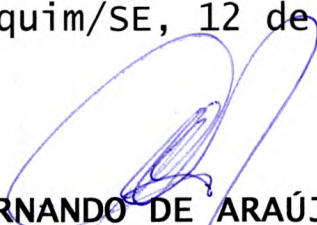


**ESTADO DE SERGIPE**  
**MUNICÍPIO DE BOQUIM**  
**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

Como se vê, o desempenho que a Procuradoria Geral do Município obteve no ano de 2017 na defesa dos legítimos interesses da população foi notável, não somente pela atuação nos diversos atos processuais vinculados às demandas judiciais das quais é parte o Município de Boquim, mas, também, pelas orientações técnico-jurídicas prestadas às secretarias e órgãos municipais no que tange a legalidade dos procedimentos.

Finalmente, registramos que a confiança depositada pelo Chefe do Executivo aos profissionais que compõem o quadro técnico da Procuradoria Geral do Município foi de suma importância para o desempenho das ações deste órgão de assessoramento, com a mais absoluta independência e imparcialidade, o que contribuiu sobremaneira para o regular funcionamento das suas atividades.

Boquim/SE, 12 de Abril de 2018

  
**FERNANDO DE ARAÚJO MENEZES**  
Procurador Geral  
Decreto nº 180/2017



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOQUIM  
GABINETE DO PREFEITO**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOQUIM**

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL:**

Praça Dr. José Maria Paiva Melo, nº 26 – Centro

Fone: (79) 3645-1999 ramal 206

Email: gabinete@boquim.se.gov.br / prefeitura@boquim.se.gov.br

Responsável: Claudionor de Vasconcelos Clementino

**Ações realizadas:**

I. Coordenou as atividades de cerimonial da Prefeitura Municipal, com organização de eventos e reuniões com a presença do Chefe do Poder Executivo e demais autoridades;

II. Coordenou a elaboração da agenda do Chefe do Poder Executivo e adotou as providências correlatas para sua adequada realização;

III. Apoiou a elaboração da agenda especial de governo, com o objetivo de garantir a inserção de temas estratégicos na rotina de atividades do Chefe do Poder Executivo, em articulação com os órgãos de assessoramento direto;

IV. Recepcionou, analisou e preparou os despachos administrativos do Chefe do Poder Executivo Municipal, bem como registrou, arquivou e controlou os atos oficiais;

V. Recepcionou lideranças políticas e parlamentares do Município, bem como outras autoridades das demais esferas de governo e dos Poderes da República, administrando a agenda do Chefe do Poder Executivo;

VI. Recepcionou e orientou os munícipes e visitantes que se dirigiram ao Gabinete;

VII. Prestou assessoria especial e direta ao Chefe do Poder Executivo, conforme demanda do Dirigente;





**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOQUIM**  
**GABINETE DO PREFEITO**

VIII. Planejou, coordenou e supervisionou a execução das atividades administrativas necessárias para o cumprimento das atribuições legais e constitucionais do Chefe do Poder Executivo Municipal;

IX. Prestou assistência e assessoramento direto e imediato ao Chefe do Poder Executivo Municipal no planejamento, gestão e avaliação de assuntos e atividades estratégicas relacionadas com o cumprimento de suas atribuições legais e constitucionais;

X. Prestou assistência e assessoramento direto e imediato ao Chefe do Poder Executivo Municipal na revisão e implantação de normas e procedimentos relativos às atividades de compras e aquisições da Administração Municipal;

XI. Programou, executou, supervisionou, controlou e coordenou os procedimentos de compras da Administração, de acordo com as normas e diretrizes superiores do Governo Municipal, pertinentes à Comissão de Licitações;

XII. Prestou suporte administrativo necessário para o funcionamento eficaz da Comissão Permanente de Licitação;

XIII. Prestou assistência e assessoramento direto e imediato ao Chefe do Poder Executivo Municipal na formulação, execução e avaliação da política para o desenvolvimento das tecnologias da informação e de informática na Administração Municipal;

XIV. Em coordenação com as demais Secretarias e órgãos do Poder Público Municipal, fiscalizou a qualidade na prestação dos serviços ofertados à sociedade e o acesso democrático e transparente às informações sobre gestão pública municipal, na forma da Lei;

XV. Promoveu, coordenou e controlou os processos de captação de recursos técnicos e financeiros através de convênios, parcerias e programas de cooperação técnica com instituições públicas e privadas, em cooperação com as outras Secretarias Municipais afins, com o intuito de viabilizar a realização dos diferentes planos e projetos institucionais do Governo Municipal;

XVI. Promoveu, coordenou, acompanhou e avaliou a formulação de convênios e programas de cooperação com organizações públicas, privadas e sociais que visam à implantação e qualificação dos diferentes planos e projetos institucionais do Governo Municipal;





**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOQUIM  
GABINETE DO PREFEITO**

XVII. Em coordenação com a Secretaria de Finanças e de Administração, realizou os procedimentos administrativos e de gestão orçamentária e financeira necessários para a execução de suas atividades e atribuições, dentro das normas superiores de delegações de competências;

XVIII. Em coordenação com a Procuradoria Geral do Município, programou as atividades de consultoria e assessoramento jurídico necessário para o desempenho oportuno e eficaz de suas atribuições, zelando em todo momento pela defesa dos interesses da Administração Pública Municipal, dentro das normas superiores de delegações de competências;

XIX. Em coordenação com todas as Secretarias, monitorou e avaliou o cumprimento das diretrizes, metas e objetivos institucionais sob sua responsabilidade, apresentando ao Chefe do Governo Municipal as propostas de decisão e adequação que permitem o cumprimento dos compromissos assumidos com a população no Plano de Governo;

XX. Acompanhou e controlou a execução de contratos e convênios celebrados pela Prefeitura Municipal, na sua área de competência e em articulação com todas as demais Secretarias Municipais;



**ESTADO DE SERGIPE**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOQUIM**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, COMÉRCIO, INDÚSTRIA**

**E MEIO AMBIENTE**

**RELATÓRIO DE GESTÃO 2017**



**ESTADO DE SERGIPE**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOQUIM**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, COMÉRCIO, INDÚSTRIA E MEIO AMBIENTE**

**RELATÓRIO DE GESTÃO 2017**

A Secretaria Municipal de Agricultura, Comércio, Indústria e Meio Ambiente, tem hoje no seu quadro funcional o Senhor Genivaldo Menezes dos Santos (Secretário), Abelardo Araújo Reis (Chefe de Departamento), Alex Davies Machado Ribeiro (Assessor Técnico), José Carlos Menezes Júnior (Chefe de Departamento Indústria e Comércio), João Paulo Gonçalves Moura (Fiscal de Vigilância Sanitária), Willame Santos Andrade Marques (Chefe de Departamento Meio Ambiente), José Costa Santana Irmão (Técnico Agropecuário), Amilton Vasconcelos dos Santos (Agente de Desenvolvimento), Edivânia dos Santos (Oficial Administrativo).

## METAS E AÇÕES REALIZADAS EM 2017

### - AGRICULTURA

- Rediscutir a atividade citrícola, a partir do envolvimento dos produtores e da sociedade, já que a citricultura ainda é a principal atividade econômica do município.
  - Foi realizado no Município o “45° Dia do Citricultor” no dia 27 de Novembro de 2017, com Fórum de debates com tema: **Convivendo com a Policultura**. Este dia foi reservado para discursões e apresentações de experiências vivenciadas pelos agricultores do município e região circunvizinha.
- Apoiar a exploração de novas culturas, priorizando o cultivo de mudas frutíferas, grama e flores ornamentais, a partir da disponibilização aos produtores de assistência técnica através de profissional com formação específica na área, apoio organizacional para a criação de uma cooperativa, busca de infraestrutura hídrica e expansão da atividade para outras comunidades rurais do município.
  - O município a princípio realizou cadastro dos produtores de plantas ornamentais, e tem buscado esforços para criação da cooperativa, bem como recursos para melhor atender os agricultores e citricultores do município.

### - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

- Por oportunidade das feiras semanais, estabelecer área específica para a comercialização de produtos da agricultura familiar.
  - O município realizou cadastro dos produtores de agricultura familiar, identificando os principais produtos de comercialização e suas DAP's.

- Foi oficializado junto a Secretaria de Estado de Inclusão Social, o pedido de novas bancas para a realização da Feira da Agricultura Familiar no Município, onde obtivemos como resposta aguardar realização de processo licitatório.

- Desde então priorizamos os produtores da agricultura familiar e damos uma atenção diferenciada na Feira Municipal.

- Incentivar a agricultura orgânica através de compra destes alimentos para a merenda escolar, hospital e creches dos município.

- Nossos produtores da agricultura familiar são fornecedores do programa PNAE, através de processos licitatórios.

#### **- MEIO AMBIENTE**

- Discutir com os profissionais da Educação a inclusão na grade curricular das escolas do município da disciplina Conscientização Ambiental;

- O governo municipal vem discutindo constantemente com os profissionais da educação para que essa disciplina seja de fato uma realidade na educação do município, fortalecendo assim a lei municipal implantada em gestões anteriores e sendo amplamente fortalecida na atual gestão dentro dos temas transversais na educação municipal.

No ano de 2018 a educação implantou na semana pedagógica um tema voltado para essa temática, fortalecendo essa lei e contemplando a proposta do atual governo municipal que foi relacionado sobre a sustentabilidade na qual os professores discutiram esse proposta para ser trabalhada nas escolas durante o anos de 2018 e assim consecutivamente nos anos posteriores segundo a resolução de número 38/2010/CMEB na qual institui diretrizes curriculares para a educação ambiental nas unidades de ensino integrantes ao sistema municipal de ensino de Boquim/SE.

- Incentivar ações que contribuam para a necessidade de uma convivência pacífica entre o homem e o meio ambiente;

- A gestão municipal vem promovendo e desenvolvendo ações nas escolas de cunho ambiental para que esse objetivo seja alcançado a exemplo da SEMANA DO MEIO AMBIENTE, O PROJETO ARBORIZAR-SE, O PROJETO SEMEANDO HOJE PARA COLHER AMANHÃ, FORTALECIMENTO DO PROJETO DA COLETA SELETIVA, PROJETO BOQUIM MAIS

**FLORIDO E MAIS VERDE, visitas nas comunidades focando também sobre a importância da água etc.**

- Transformar o “Balneário Fonte da Mata” numa Estação Ecológica, ampliando o seu papel de espaço de lazer, mas também adaptando a área como local de estudos e reflexão sobre os valores de nossa Terra.
  - O governo municipal vem tomando medidas paliativas, para a melhoria do espaço. Entretanto, estamos estudando maneiras para angariar recursos para que possamos efetivamente executar essa proposta definitivamente, pois o ambiente está praticamente inacessível devido os grandes problemas estruturais e por isso estamos empenhados para assim resolve-los durante esse governo e para tal concretização é necessário recursos estaduais e federais uma vez que a prefeitura não tem como realizar com recursos próprios.
- Proteger a fauna e a flora de forma efetiva inclusive com programa de proteção as nascentes dos diversos ranchos existente no município.
  - O governo municipal de Boquim, de fato está cumprindo essa ação, com a criação do código ambiental municipal, do fundo municipal do meio ambiental, da lei de saneamento básico e da reestruturação do conselho municipal do meio ambiente, dando uma significativa proteção ambiental ao nosso município desenvolvendo e assegurando as políticas de cunha ambiental.
- Incentivar a arborização com árvores nativas de ruas e praças exigindo que novos loteamentos reservem áreas para construção de espaços verdes.
  - A adesão ao projeto arborizar-se e o projeto Boquim mais verde e mais florido contempla significativamente essa proposta do plano de governo.  
Os dois projetos acima mencionados incentivos à arborização urbana como também educa a comunidade em plantar mudas nativas.  
Para amarrar melhor essa proposta o governo municipal está desenvolvendo um plano básico de arborização urbana em conjunto com a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, na qual esse plano vire lei municipal para que a partir da sua aprovação e sanção o município e as comunidades priorizem as espécies nativas e valorize e proteja a arborização urbana.



ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOQUIM  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DO TRABALHO

# **RELATÓRIO DE GESTÃO 2017**

**BOQUIM, 2018**



## DADOS DA INSTITUIÇÃO

### 1 - DADOS GERAIS DO ÓRGÃO GESTOR

#### ÓRGÃO GESTOR:

Secretaria Municipal de Assistência Social e do Trabalho

**GESTOR:** Edson Alves do Nascimento

**ENDEREÇO:** Praça Dr. José Maria Paiva de Melo

**TELEFONE:** (79) 3645-1494

**EMAIL:** smastsolidariedadeboquim@gmail.com

#### FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CNPJ:

14.534.934/0001- 18

#### NATUREZA JURÍDICA:

Administração Pública Municipal

#### UNIDADES GESTORAS:

Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS

Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA

#### VINCULAÇÃO:

Prefeitura Municipal de Boquim

**GESTOR MUNICIPAL:** Eraldo de Andrade Santos

**EMAIL:** prefeitura@boquim.com

**TELEFONE:** (79) 99534-1115





**Eraldo de Andrade Santos**  
Prefeito Municipal

**José Francisco de Almeida**  
Vice-prefeito Municipal

**Edson Alves do Nascimento**  
Secretária Municipal de Assistência Social e do Trabalho

**Caroline Fernandes Fonsêca**  
Assessoria Jurídica da SMAST

**Carlos Mário Oliveira Ribeiro**  
Coordenador do Centro de Referência da Assistência Social CRAS

**Natanael Santana Marinho Falcão**  
e  
**Kadja Valéria Macêdo de Jesus**  
Coordenador do Serviço de Convivência de Fortalecimento de Vínculos – SCFV

**Melissa Samantha Araújo Franca**  
Coordenadora do Programa Bolsa Família Federal

**Kadja Valéria Macêdo de Jesus**  
Supervisora do Programa Criança Feliz

**Lívia Maria Viana Santos**  
Coordenador do Centro de Referência Especializado  
da Assistência Social CREAS

**Tania Maria Bezerra da Silva**  
Coordenadora do Abrigo

**Jailda Francisca de Oliveira Araújo**  
Coordenadora do Núcleo de Atendimento  
ao Trabalhador e CEAC

**Djenal Fraga Alves**  
Coordenador do Conselho Tutelar



ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOQUIM  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DO TRABALHO

**Maria Jose Mascarenhas**  
Presidente do CMAS

**Lívia Maria Viana**  
Presidente do CMDCA

**Flávia Fraga Trindade**  
Secretária Executiva do Conselhos Vinculados a Assistência



## LISTA DE SIGLAS

BPC – Benefício de Prestação Continuada  
CEAC – Centro de Atendimento ao Cidadão  
CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social  
CMAS – Conselho Municipal de Assistência Social  
CRAS – Centro de Referência de Assistência Social  
CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social  
DPPM – Departamento de Política Pública para as Mulheres  
ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente  
FMAS – Fundo Municipal da Assistência Social  
FNAS – Fundo Nacional de Assistência Social  
INSS – Instituto Nacional de Seguro Social  
LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social  
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social  
MSE – Medida Sócio Educativa  
NAT – Núcleo de Atendimento ao Trabalhador  
PAIF – Programa de Atendimento Integral a Família  
PBF – Programa Bolsa Família Federal  
PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil  
PNAS – Política Nacional de Assistência Social  
PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego  
PSE – Proteção Social Especial  
SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos  
SEMAST – Secretaria Municipal de Assistência Social e do Trabalho  
SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial  
SICON – Sistema de Condicionalidades  
SUAS – Sistema Único de Assistência Social



## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO .....	7
PANORAMA DO MUNICÍPIO .....	9
INTRODUÇÃO .....	15
GESTÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL .....	17
1. PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA .....	17
1.1 -CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS) .....	18
1.2- SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS – SCFV .....	22
1.3- PROGRAMA CRIANÇA FELIZ .....	25
2. - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL .....	28
2-1- CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO EM ASSISTÊNCIA SOCIAL – CREAS .....	28
2.2 - PROTEÇÃO SOCIAL DE ALTA COMPLEXIDADE – ABRIGO.....	35
3.– GESTÃO .....	38
3.1- COORDENAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL .....	39
3-2 PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA FEDERAL .....	41
3.3 - CEAC E NÚCLEO DE ATENDIMENTO AO TRABALHADOR – NAT .....	45
3.5 - CASA DOS CONSELHOS.....	50
4 . CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	52
5 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS .....	53
ANEXOS .....	54



## APRESENTAÇÃO

O Relatório de Gestão é o instrumento destinado à demonstração da execução dos serviços socioassistenciais prestados no âmbito municipal durante o exercício de 2016. Elaborado pelo Gestor e sua Equipe Técnica, visa tornar transparentes as ações da Secretaria Municipal de Assistência Social. O Relatório agrega itens pertinentes à implementação das ações e serviços organizados por níveis de proteção social básica, especial, controle social, concessão de benefícios, transferência de renda, além de informações sobre os equipamentos e a rede socioassistencial. A Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS, possui o compromisso de promover o caráter público da seguridade social estabelecido na Constituição Federal de 1988, regulamentado na Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS/1993 e pela Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004. Tem como missão implantar o Sistema Único da Assistência Social – SUAS.

Destarte, a Secretaria Municipal de Assistência Social e do Trabalho - SEMAST, organicamente vinculada à Prefeitura Municipal de Boquim, é o órgão responsável pela gestão da Política Municipal de Assistência Social, realiza a estruturação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS no município.

Vale ressaltar o SUAS, constitui-se na regulação e organização em todo o território nacional das ações socioassistenciais. Os serviços, programas, projetos e benefícios têm como foco prioritário a atenção às famílias, seus membros e indivíduos e o território como base de organização, e passam a ser definidos pelas funções que desempenham, pelo número de pessoas que deles necessitam e pela sua complexidade.

O presente Relatório de Gestão contém as informações referentes à execução dos serviços socioassistenciais dentro das suas específicas proteções sociais e na estrutura e organização da execução da política do SUAS.

### **Proteção Social Básica:**

- Centro de Referência de Assistência Social – CRAS;
- Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV;
- Programa Criança Feliz

### **Proteção Social Especial de Média Complexidade**

- Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS;

### **Proteção Social Especial de Alta Complexidade**

- Abrigo



**Gestão:**

- Gabinete da Secretária
- Programa de Transferência de Renda - Bolsa Família - PBF;
- Conselho Tutelar
- Casa dos Conselhos
- Coordenação do Fundo Municipal de Assistência Social
- Núcleo de Atendimento ao Trabalhador – NAT e CEAC

**Projeto do CMDCA**

- Programa Itaú Social

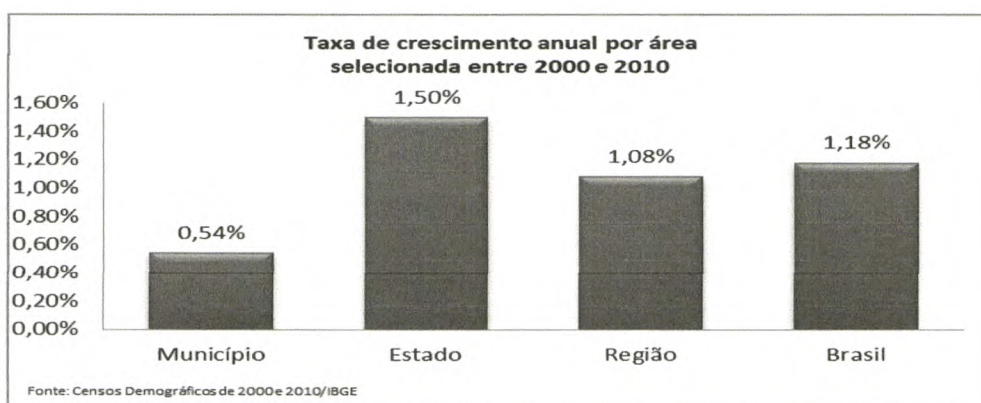


## PANORAMA DO MUNICÍPIO

### DEMOGRAFIA

O município de Boquim ocupa uma área de 213,6 km<sup>2</sup> e está situado no sul de Sergipe, limitando-se ao norte e noroeste com Lagarto, ao leste com os municípios de Salgado e Estância, ao sul com Pedrinhas, e ao oeste com Riachão do Dantas. O município faz parte da microrregião de Boquim, composta por oito municípios: Salgado, Boquim, Pedrinhas, Itabaianinha Arauá, Cristinápolis, Tomar do Geru e Umbaúba, os quais integram a Mesorregião Leste Sergipano. A microrregião de Boquim ocupa 1.889 km<sup>2</sup> e, no ano 2000, contava com 142.531 habitantes, o que correspondia a 7,98 % da população estadual. Também

A população do município ampliou, entre os Censos Demográficos de 2000 e 2010, à taxa de 0,54% ao ano, passando de 24.192 para 25.533 habitantes. Essa taxa foi inferior à aquela registrada no Estado, que ficou em 1,50% ao ano, e inferior a cifra de 1,08% ao ano da Região Nordeste.



A taxa de urbanização apresentou alteração nomes no período. A população urbana em 2000 representava 61,95% e em 2010 passou a representar 62,64% do total. A estrutura demográfica também apresentou mudanças no município. Entre 2000 e 2010 foi verificada ampliação da população idosa que, em termos anuais cresceu 4,0% em média. Em 2000, este grupo representava 7,4% da população, já em 2010 detinha 10,4% do total da população municipal.

O segmento etário de 0 a 14 anos registrou crescimento negativo entre 2000 e



2010 (-1,6% ao ano). Criança se jovens de tinham 34,3% do contingente populacional em 2000, o que correspondia a 8.290 habitantes. Em 2010, a participação deste grupo reduziu para 27,5% da população, totalizando 7.033 habitantes.

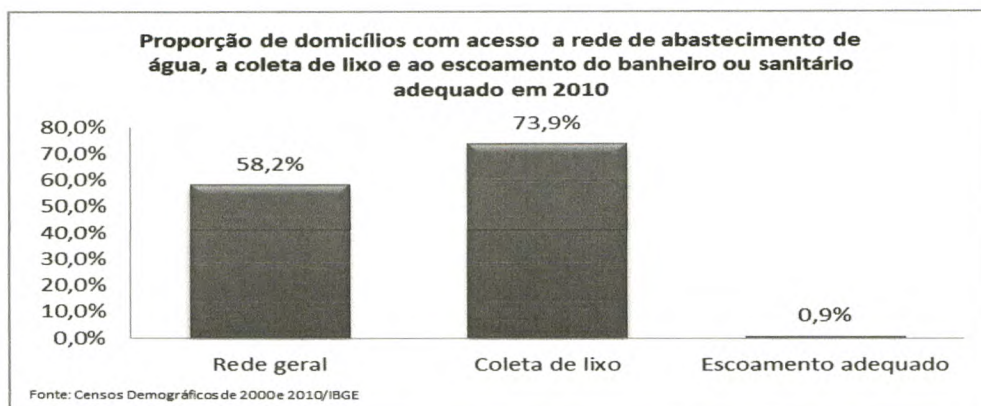


A população residente no município na faixa etária de 15 a 59 anos exibiu crescimento populacional (em média 1,16% ao ano), passando de 14.105 habitantes em 2000 para 15.836 em 2010. Em 2010, este grupo representava 62,0% da população do município.

## PERFIL SOCIAL

Dados do Censo Demográfico de 2010 revelaram que o fornecimento de energia elétrica estava presente praticamente em todos os domicílios. A coleta de lixo atendia 73,9% dos domicílios. Quanto à cobertura da rede de abastecimento de água ao acesso estavam em 58,2% dos domicílios particulares permanentes e 0,9% das residências dispunham de esgotamento sanitário adequado.





Quanto aos níveis de pobreza, em termos proporcionais, 20,8% da população está na extrema pobreza, com intensidade maior na área rural (24,2% da população na extrema pobreza na área rural contra 18,8% na área urbana).



Em 2010, a taxa de analfabetismo das pessoas de 10 anos ou mais era de 21,9%. Na área urbana, a taxa era de 18,4% e na zona rural era de 27,8%. Entre adolescentes de 10 a 14 anos, a taxa de analfabetismo era de 6,2%.

## ASPECTOS ECONÔMICOS

### PRODUÇÃO

Entre 2005 e 2009, segundo o IBGE, o Produto Interno Bruto (PIB) do município cresceu 45,4%, passando de R\$96,1 milhões para R\$139,7 milhões. O crescimento percentual foi inferior ao verificado no Estado que foi de 47,2%. A participação do PIB do município na composição do PIB estadual diminuiu de 0,72% para 0,71% no período de 2005 a 2009.

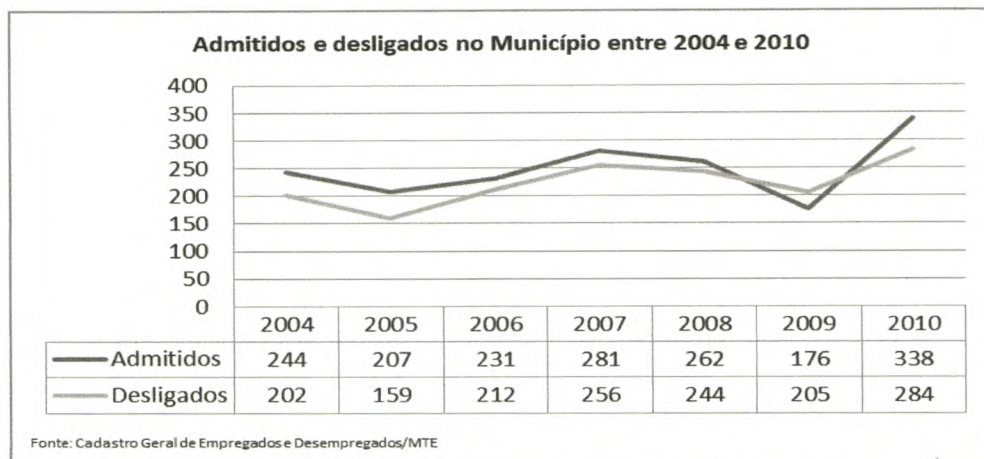


A estrutura econômica municipal demonstrava participação expressiva do setor de Serviços, o qual responde por 72,0% do PIB municipal. Cabe destacar o setor secundário ou industrial, cuja participação no PIB era de 10,3% em 2009 contra 8,4% em 2005. No mesmo sentido ao verificado no Estado, em que a participação industrial cresceu de 8,4% em 2005 para 25,1% em 2009.



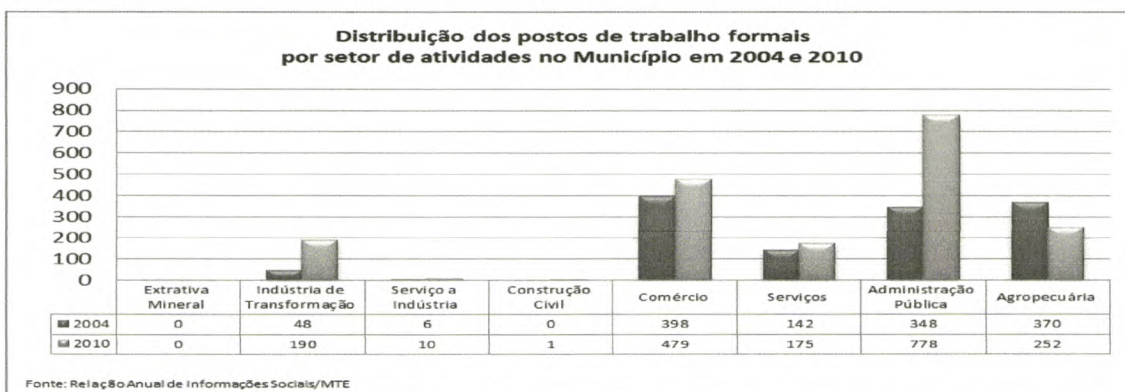
## MERCADO DE TRABALHO

O mercado de trabalho formal do município apresentou em seis anos saldos positivos na geração de novas ocupações entre 2004 e 2010. O número de vagas criadas neste período foi de 239. No último ano as admissões registraram 338 contratações contra 284 demissões.



Segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego, o mercado de trabalho formal em 2010 totalizava 1.885 postos 43,7% a mais em relação a 2004. O desempenho do município ficou abaixo da média verificada para o Estado, que cresceu 4,3% no mesmo período.

Administração Pública foi o setor com maior volume de empregos formais, com 778 postos de trabalho, seguido pelo setor de Comércio com 479 postos em 2010. Somados, estes dois setores representavam 66,7% do total dos empregos formais do município.



Os setores que mais aumentaram a participação entre 2004 e 2010 na estrutura do emprego formal do município foram Administração Pública (de 26,52% em 2004 para 41,27% em 2010) e Indústria de Transformação (de 3,66% para 10,08%). A que mais perdeu participação foi Agropecuária de 28,20% para 13,37%.

## FINANÇAS PÚBLICAS

A receita orçamentária do município passou de R\$14,5 milhões em 2005 para R\$ 24,7 milhões em 2009, o que retrata uma alta de 70,3% no período ou 14,23% ao ano. A proporção das receitas próprias, ou seja, geradas a partir das atividades econômicas do município, em relação à receita orçamentária total, passou de 3,93% em 2005 para

*Ednito*



7,95% em 2009, e quando se analisa todos os municípios juntos do estado, a proporção aumentou de 14,45% para 14,07%. A dependência em relação ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM) diminuiu no município, passando de 44,34% da receita orçamentária em 2005 para 41,06% em 2009. Essa dependência foi superior àquela registrada para todos os municípios do Estado, que ficou em 29,16% em 2009.



As despesas com educação, saúde, administração, urbanismo e assistência social foram responsáveis por 91,41% das despesas municipais. Em assistência social, as despesas alcançaram 6,28% do orçamento total, valor esse superior à média de todos os municípios do estado, de 4,62%.



## INTRODUÇÃO

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) o Sistema Único da Assistência Social (SUAS) é um sistema público que organiza, de forma descentralizada, os serviços socioassistenciais em todo o Brasil. Seguindo o modelo da gestão participativa, os três níveis de governo participam da execução e financiamento da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), envolvendo diretamente todos que fazem parte desta política.

A Constituição Federal de 1988 traz uma nova concepção para a Assistência Social brasileira. Envolvida no âmbito da Seguridade Social e regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS como política social pública, a assistência social, inicia seu trânsito para um novo campo: o campo dos direitos, da universalização dos acessos e da responsabilidade estatal. Neste contexto a assistência social passa a configurar um triângulo, juntamente com a saúde e a previdência.

Os principais objetivos da Política Pública de Assistência Social são a promoção de serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e, ou, especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitem; a contribuição com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos e, por fim, a garantia que as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família, e que assegurem a convivência familiar e comunitária.

A inserção na Seguridade Social aponta, também, para seu caráter de política de Proteção Social articulada a outras políticas do campo social, voltadas à garantia de direitos e condições dignas de vida. A proteção social deve garantir as seguintes seguranças: segurança de sobrevivência (de rendimento e de autonomia); de acolhida (provisão das necessidades humanas); de convívio ou vivência familiar (prevê melhorar os vínculos familiares para que estes não sejam perdidos).

Nesse sentido a Política Pública de Assistência Social configura responsabilidades de Estado próprias a serem asseguradas aos cidadãos brasileiros, marcado pelo caráter civilizatório presente na consagração de direitos sociais. Já que, é de competência do Estado a universalização da cobertura e garantia de direitos e acesso aos serviços, programas e projetos.



Segundo princípios contidos na Política Nacional de Assistência Social é de atribuição da Seguridade Social a Supremacia ao atendimento às necessidades sociais sobre as exigências da rentabilidade econômica; a universalização dos direitos sociais; o respeito à dignidade, autonomia e direito do cidadão, no que se refere a direito de benefícios e serviços de qualidade; a igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza e a divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais.

As diretrizes da Política Nacional de Assistência Social estão embasadas na LOAS e na Constituição Federal de 1988 atribuindo a descentralização político-administrativa, onde o poder federal coordena as normas gerais e as esferas estadual e municipal coordena e executa os respectivos programas; atribui ainda a participação da população por meio de órgãos representativos; a primazia da responsabilidade do estado na condução da Política de Assistência Social em cada esfera de governo e a centralidade na família para articular e implementar os benefícios, programas, serviços e projetos.



## GESTÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Neste eixo serão apresentados resultados das atividades executadas pela Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS, no desenvolvimento de suas ações, na oferta de serviços, programas, projetos e benefícios continuados, assegurando proteção social como direito para quem dela necessitar. Integrando suas ações ao Sistema Único de Assistência Social, gerindo de forma integrada serviços, benefícios socioassistenciais e transferências de renda para o atendimento de indivíduos e de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, BPC, e benefícios eventuais, no âmbito do SUAS..

Durante o ano de 2017 as ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Assistência Social e do Trabalho (SEMAST) foram realizadas embasadas na Política Nacional de Assistência Social (PNAS), na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Estatuto do Idoso e nas demais Leis e Decretos Federais, Estaduais e Municipais.

No ano de 2017 a SEMAST priorizou as seguintes propostas:

### **1. PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA**

A Proteção Social Básica tem como objetivo a prevenção de situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições bem como fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se a população que vive em situação de fragilidade decorrenteda pobreza, ausência de renda, acesso precário ou nulo dos serviços públicos e ou fragilizados de vínculos afetivos.

Essa proteção prevê o desenvolvimento de serviços, programas e projetos locais de acolhimento, convivência e socialização de famílias e indivíduos conforme identificação da situação de vulnerabilidade apresentada. Serviços e programas esses



que deverão incluir as pessoas com deficiência a serem organizados em rede, de modo a inseri-las nas diversas ações ofertadas.

O Benefício Eventual e o Benefício de Prestação Continuada (BPC) compõem a Proteção Social Básica, dada à natureza de sua realização. O BPC- Prestação continuada garante a transferência mensal de 1 (um) salário mínimo vigente ao idoso com idade a partir de 65 anos, e a pessoa com deficiência de qualquer idade com impedimentos de longo prazo, de natureza física mental, intelectual ou sensorial.

Todo recurso financeiro do BPC provém do orçamento da Seguridade Social, sendo administrado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS) repassado ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) por meio do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS).

Os Benefícios Eventuais caracterizam por seu caráter suplementar e provisório, prestação aos cidadãos e as famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública, teve sua Lei Municipal atualizada em Dezembro pela Lei Municipal nº 811/2017,

A Proteção Social Básica conta com uma Coordenação e atua por intermédio de diferentes equipamentos sociais, dentre eles destacam-se os Centros de Referência de Assistência Social.

### **1.1 -CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS)**

O CRAS é uma unidade pública estatal descentralizada da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) que atua como a principal porta de entrada do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e é responsável pela organização e oferta dos serviços da Proteção Social Básica nas áreas de vulnerabilidade e risco social.

A oferta dos serviços nos CRAS deve ser planejada, depende de um conhecimento do território e das famílias que nele vivem suas necessidades, potencialidades, bem como o mapeamento da ocorrência das situações de risco de vulnerabilidade, das ofertas já existentes, ou seja, o CRAS assume dois grandes eixos estruturantes do SUAS: a matricialidade sócio-familiar e a territorialização.

O principal serviço ofertado pelo CRAS é o serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), cuja execução é obrigatória e exclusiva. Este consiste em um





trabalho de caráter continuado que visa fortalecer a função protetiva das famílias, prevenindo a ruptura dos vínculos, promovendo o acesso e usufruto de direitos contribuindo para a melhoria da qualidade de vida do cidadão.

Dentre esses também são considerados Serviços de Proteção Básica de Assistência Social:

- Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) para Grupos de Convivência para Idosos, pessoas adultas, crianças e Adolescentes.
- Intermediar com Núcleo de Atendimento ao Trabalhador.
- Intermediar o Benefício Eventual
- Programa Criança Feliz
- Apoio do Itaú Social /NOVO AMANHÃ
- E outros;

No município de Boquim existe 01 (um) Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), com sede própria.

➤ **IDENTIFICAÇÃO:**

**Equipamento Social:** Centro de Referência de Assistência Social – CRAS “Palmira Trindade”

**Endereço:** Avenida Enilde Barbosa de Matos Bezerra, 550, Bairro: Pe. José Gumercindo

**Equipe Técnica:**

No ano de 2017, o CRAS atendeu a aproximadamente 2900 pessoas, alguns em demanda espontânea, outros encaminhamentos do Conselho Tutelar, encaminhamento das demais políticas sociais e dos outros equipamentos da política do SUAS e encaminhamento do Poder Judiciário.

Além dos atendimentos descritos acima, o CRAS realizou e participou de diversas campanhas e eventos de datas comemorativas, a exemplo de: Campanha 08 de março - Dia Internacional da Mulher; Dia das mães; Campanha 18 de maio - Enfrentamento ao Abuso e Exploração Sexual de crianças e adolescentes; Campanha 12 de junho – Dia Contra o Trabalho Infantil; setembro Amarelo; outubro Rosa, conferência Municipal de Assistência Social.



Nesse sentido, a equipe acolheu demanda para benefícios eventuais e encaminhados os processos para órgão gestor da assistência social. Vale ressaltar que foram diferentes pedidos para benefícios eventuais, mas por medidas de restrição econômica, atualização da lei de concessão e outros, o benefício liberados aos que atendiam as normas da lei municipal foram auxílio funeral e aluguel social.

Demais ações foi às visitas domiciliares, intermediação para concessão da 2ª via da certidão de nascimento, de casamento, óbito, RG, encaminhamento ao BPC e orientação jurídica, ao Cadastro único, Passe Livre para idoso, carteira do idoso interestadual no site MDS.

Por fim apresentaremos abaixo, o quadro do RMA que demonstra os quantitativos dos atendimentos realizados durante o ano de 2017:

REGISTRO MENSAL DE ATENDIMENTOS DO CRAS (Agregado)	
Mês e Ano de Referência de : 01/2017 à 12/2017	Qt de CRAS: 1
Município: BOQUIM	UF: SE

### Bloco I - Famílias em acompanhamentos pelo PAIF

A. Volume de famílias em acompanhamento pelo PAIF	Total	Média
A.1. Total de famílias em acompanhamento pelo PAIF	1.488	124,00
A.2. Novas famílias inseridas no acompanhamento do PAIF durante o mês de referência	38	3,17

B. Perfil das novas famílias inseridas em acompanhamento no PAIF, no mês de referência	Total	Média
B.1. Famílias em situação de extrema pobreza	22	1,83
B.2. Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família	25	2,08
B.3. Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família em descumprimento de condicionalidades	1	0,08
B.4. Famílias com membros beneficiários do BPC	3	0,25
B.5. Famílias com crianças ou adolescentes em situação de trabalho infantil	0	0,00
B.6. Famílias com crianças ou adolescentes em Serviço de Acolhimento	2	0,17



### Bloco II - atendimentos individualizados realizados no CRAS

C. Volume de atendimentos particularizados realizados no CRAS no mês de referência	Quantidade	Média
C.1. Total de atendimentos particularizados realizados no mês de referência	2.396	199,67
C.2. Famílias encaminhadas para inclusão no Cadastro Único	50	4,17
C.3. Famílias encaminhadas para atualização cadastral no Cadastro Único	14	1,17
C.4. Indivíduos encaminhados para acesso ao BPC	35	2,92
C.5. Famílias encaminhadas para o CREAS	15	1,25
C.6. Visitas domiciliares realizadas	129	10,75
C.7. Total de auxílios-natalidade concedidos/entregues durante o mês de referência	1	0,08
C.8. Total de auxílios-funeral concedidos/entregues durante o mês de referência	23	1,92
C.9. Outros benefícios eventuais concedidos/entregues durante o mês de referência	3	0,25

### Bloco III - atendimentos coletivos realizados no CRAS

D. Volume de atendimentos coletivos realizados no CRAS durante o mês de referência	Total	Média
D.1. Famílias participando regularmente de grupos no âmbito do PAIF	0	0,00
D.2. Crianças de 0 a 6 anos em Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	0	0,00
D.3. Crianças/adolescentes de 7 a 14 anos em Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	2.655	221,25
D.4. Adolescentes de 15 a 17 anos em Serviços de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos	1.844	153,67
D.8. Adultos entre 18 e 59 anos em Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	64	5,33
D.5. Idosos em Serviços de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos para idosos	774	64,50
D.6. Pessoas que participaram de palestras, oficinas e outras atividades coletivas de caráter não continuado	337	28,08
D.7. Pessoas com deficiência, participando dos Serviços de Convivência ou dos grupos do PAIF	1	0,08



## **1.2- SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS** **- SCFV**

Cada uma das situações de fragilidade enfrentadas pelos cidadãos deve receber um tipo de atenção diferenciada, de acordo com as necessidades de cada um. Além disso, as potencialidades das famílias devem ser ponto de partida para a organização dos serviços de proteção básica de assistência social, que estimulam a participação social.

Em razão disso, foi aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais que institui, na Proteção Social Básica, quatro serviços de convivência e fortalecimento de vínculos. Eles são organizados por faixa etária e têm como objetivo prevenir possíveis situações de risco da população em geral, visando à melhoria da qualidade de vida.

Todos os serviços de convivência e fortalecimento de vínculos organizam-se em torno do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), sendo a ele articulados. Previnem a institucionalização e a segregação de crianças, adolescentes, jovens e idosos e oportunizam o acesso às informações sobre direitos e participação cidadã. Ocorrem por meio do trabalho em grupos ou coletivos e organizam-se de modo a ampliar trocas culturais e de vivências, desenvolver o sentimento de pertença e de identidade, fortalecer vínculos familiares e incentivar a socialização e a convivência comunitária.

Podem ser ofertados nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), em outras unidades públicas ou em entidades privadas sem fins lucrativos, desde que referenciadas ao CRAS, sempre supervisionados por uma equipe de profissionais capacitada para atender as demandas específicas de cada faixa etária.

Em 2017 o município de Boquim ofertou o SCFV em um espaço próprio para as suas ações e conta com transporte dos beneficiados até a unidade. O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV desenvolveu de acordo com a demanda e a capacidade da estrutura da unidade que funciona. O atendimento acontece de 2ª a 5ª-feira de manhã e à tarde, podendo o usuário participar de 2 a 3 vezes na semana, com carga horária de 2 horas por dia para cada turno. O grupo acontece as segundas e quartas no período vespertino para o grupo de pessoas idosas e adultos,



segunda no período matutino para crianças e adolescentes, as terça, quintas no período matutino e vespertino para crianças e adolescentes e as sextas para planejamento da equipe.

➤ **IDENTIFICAÇÃO:**

Equipamento Social: SCFV Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos  
Endereço: Rua 15 de Novembro s/n

➤ **CARACTERIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DE CARATER PREVENTIVO E DE MOBILIZAÇÃO**

Descrição da Atividade	Público de Interesse	Temas abordados	Parceiros
Blitz	Sociedade geral	Trabalho infantil	SMAS/CRAS/CREAS/CONSELHO TUTELAR
Eventos Comunitários	Sociedade geral/idosos	XI Conferência Municipal da assistência social “Garantia dos direitos no fortalecimento do sistema único da assistência social”	SMAS/CRAS/CREAS/CMAS/SOCIEDADE GERAL/ SMAS
	Idosos	Espetáculo no circo Mágico	SMAST
	Crianças/Adolescentes/Idosos	Desfile Cívico	SMAST/ PROJETO UM NOVO AMANHÃ - Itaú Social
	Idosos Boquim/Pedrinhas	Comemoração dia do Idoso	SMAST CRAS do Município de Pedrinhas
	Crianças/Adolescentes	Festival Nacional de Capoeira-Batismo e entrega de corda	SMAST/Projeto Um Novo Amanhã - Itaú Social
	Crianças/Adolescentes		PMB/SMAST
/Crianças/Adolescentes/Idosos			



		Assinatura do Convenio AABB Comunidade	SMAST/CRAS/CREAS/CMAS/PMB/ Projeto Novo Amanhã- Itaú Social
		Natal da Integração	
Palestras	Crianças/Adolescentes	Dia nacional do abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes	CRAS/ CREAS
	Idosos	A alimentação saudável para hipertensos e diabéticos	CRAS/SMAST
	Crianças/Adolescentes	Semana Nacional do meio ambiente	SMAST
	Crianças/Adolescentes	A vida do nordestino	SMAST
	Idosos	Conscientização da violência contra pessoa idosa.	CREAS/CRAS
	Idosos	Prevenção do câncer de mama “outubro rosa”	Curso de enfermagem SERAF
Panfletagem	Escolas Municipais/usuários	Trabalho Infantil	CRAS/CREAS/CONCELHO TUTELAR/ Projeto Novo Amanhã- Itaú Social
Reuniões com Famílias	Beneficiados do SCFV	Fortalecimento de laços familiares	CRAS/BOLSA FAMÍLIA/CONSELHO TUTELAR

A equipe participou como momento de capacitação: Orientações pedagógicas e Conferência Municipal de Assistência Social



Diante desse cenário, considera-se válida a evolução do desenvolvimento do Serviço durante o ano de 2017, mas também é importante considerar que ainda existem muitas necessidades e metas para melhor a oferta e qualidade do Serviço para o próximo ano.

### **1.3- PROGRAMA CRIANÇA FELIZ**

O Programa Criança Feliz surge como uma importante ferramenta para que famílias com crianças entre zero e seis anos ofereçam a seus pequenos, ferramentas para promover seu desenvolvimento integral.

Por meio de visitas domiciliares às famílias participantes do Programa Bolsa Família, as equipes do Criança Feliz farão o acompanhamento e darão orientações importantes para fortalecer os vínculos familiares e comunitários e estimular o desenvolvimento infantil.

Os visitantes serão capacitados em diversas áreas de conhecimento, como saúde, educação, serviço social, direitos humanos, cultura etc. A troca com as famílias será rica e constante. Assim, novos campeões serão criados e a luta pelo desenvolvimento social será vencida.

Para participar do programa, é preciso manter os dados no Cadastro Único atualizados, principalmente quando há grávidas e crianças de até três anos na família.

### **OBJETIVOS DO PROGRAMA**

- Promover o desenvolvimento infantil integral;
- Apoiar a gestante e a família na preparação para o nascimento da criança;
- Cuidar da criança em situação de vulnerabilidade até os seis anos de idade;
- Fortalecer o vínculo afetivo e o papel das famílias no cuidado, na proteção e na educação das crianças;
- Estimular o desenvolvimento de atividades lúdicas;
- Facilitar o acesso das famílias atendidas às políticas e serviços públicos de que necessitem;



## **POPULAÇÃO BENEFICIÁRIA**

- Gestantes, crianças de até três anos e suas famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família;
- Crianças de até seis anos beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada e suas famílias;
- Crianças de até seis anos afastadas do convívio familiar em razão da aplicação de medida de proteção prevista no artigo 101 da Lei nº 8.609, de 13 de julho de 1990, e suas famílias.

## **DIRETRIZES**

- Articulação, cooperação e integração intersetorial e multidisciplinar nos três níveis de governo;
- Formulação e revisão das estratégias setoriais com participação dos Comitês Intersetoriais da Primeira Infância, dos Conselhos de formulação e de controle social, das organizações da sociedade civil em nível local com as famílias e as comunidades beneficiadas, em processo dialógico, crítico, propositivo e transparente;
- Cooperação e apoio técnico com Estados, Distrito Federal e Municípios;
- Implementação das ações de forma descentralizada com integração das políticas públicas nos territórios, por meio da coordenação e integração dos serviços saúde, educação, assistência social, meio ambiente, cultura, lazer e instâncias de defesa dos direitos;
- Flexibilidade no estabelecimento de cooperação e implementação das ações do Programa, no sentido de apoiar e reconhecer os modelos de implementação nos estados e municípios;
- Promoção de apoio às famílias no lidar com seus filhos, respeitando a autonomia, a cultura e os direitos dessas e das crianças por meio de visitas domiciliares.

No município de Boquim a adesão do Programa Criança Feliz foi aprovado pelo Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS. Também foi criado o Comitê Gestor do Programa, composto por membros das Secretarias Municipais de Assistência





Social; Saúde; Educação e CMAS fora instituído por meio do Decreto N° 221 de 04 de setembro de 2017.

A equipe técnica do citado Programa é composta por um supervisor (profissional de nível superior) e esteve com 3 visitantes (profissionais de nível médio completo). A referida equipe mobilizou e fez adesão das famílias a meta municipal é de 150 pessoas.

➤ **IDENTIFICAÇÃO:**

Endereço: Avenida Enilde Barbosa de Matos Bezerra, 550, Bairro: Pe. José Gumercindo – CRAS

Supervisora: Kadja Valéria Macêdo de Jesus

Visitadores: Kátia Santos Vitório

Claudia Rejane Santos Marques dos Reis

Aline Souza Lima

➤ **QUANTITATIVO DE VISITAS DOMICILIARES REALIZADAS**

Descrição dos usuários	Quantitativo	Quantitativo	
		Urbano	Rural
Crianças 0 a 2	57	18	39
Crianças 2 a 3	04	02	02
Crianças 3 a 6	00	00	00
Gestantes	04	03	01

➤ **PARTICIPAÇÃO EM CAPACITAÇÕES**

Evento	Nº participantes	Função dos participantes	Local	Cidade/UF	Órgão Promotor
Capacitação	4	Visitadores e Supervisor	SEIDS	Aracaju/SE	Secretaria de Estado da Inclusão, Assistência e do Desenvolvimento Social.
Capacitação	3	Visitadores	SEIDS	Aracaju/SE	Secretaria de Estado da Inclusão, Assistência e do Desenvolvimento Social.
Oficina	4	Visitadores e Técnica	SEIDS	Aracaju/SE	Secretaria de Estado da Inclusão, Assistência e do Desenvolvimento Social.



## **2. - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL**

A Proteção Social Especial (PSE) destina-se a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal ou social, cujos direitos tenham sido violados ou ameaçados. Para integrar as ações da Proteção Especial, é necessário que o cidadão esteja enfrentando situações de violações de direitos por ocorrência de violência física ou psicológica, abuso ou exploração sexual; abandono, rompimento ou fragilização de vínculos ou afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medidas.

Diferentemente da Proteção Social Básica que tem um caráter preventivo, a PSE atua com natureza protetiva. São ações que requerem o acompanhamento familiar e individual e maior flexibilidade nas soluções. Comportam encaminhamentos efetivos e monitorados, apoios e processos que assegurem qualidade na atenção.

As atividades da Proteção Especial são divididas em dois níveis, conforme a situação vivenciada pelo indivíduo ou família, sendo estes Proteção Especial de Média Complexidade e Proteção Especial de Alta Complexidade. Os serviços de PSE atuam diretamente ligados com o sistema de garantia de direito, exigindo uma gestão mais complexa e compartilhada com o Poder Judiciário, o Ministério Público e com outros órgãos e ações do Executivo. Cabe ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), em parceria com governos estaduais e municipais, a promoção do atendimento às famílias ou indivíduos que enfrentam adversidades.

### **2-1- CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO EM ASSISTÊNCIA SOCIAL – CREAS**

O Centro de Referência Especializada em Assistência Social (CREAS) é a unidade pública estatal que oferta serviços da proteção especial, especializados e continuados, gratuitamente a famílias e indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos. Além da oferta de atenção especializada, o CREAS tem o papel de coordenar e fortalecer a articulação dos serviços com a rede de assistência social e as demais políticas públicas.

Para que haja um exercício efetivo das atividades do CREAS é preciso que este órgão desenvolva suas atividades articulado com a rede socioassistencial, órgão de

*apto*



defesa de direitos e das demais políticas públicas existentes no município. A articulação do território é imprescindível para fortalecer a inclusão da família em uma organização protetiva, bem como para a reconstrução dos laços afetivos.

➤ **IDENTIFICAÇÃO:**

**Equipamento Social:** CREAS Maria Lima Silveira – Dona Mariá

**Endereço:** Av. Enilde Barbosa de Matos Bezerra nº82 Bairro: Padre Jose Gumercindo

A Equipe Técnica do CREAS é composta por um coordenador, um Assistente Social, um Psicólogo, um advogado e um auxiliar administrativo. Cabe ressaltar que apesar do CREAS ser operacionalizado com uma equipe mínima, esta não tem medido esforço para atender toda demanda do município, bem como, participado de várias campanhas.

**PREVENTIVAS E/OU DE MOBILIZAÇÃO**

Descrição da Atividade	Público de Interesse	Participantes	Temas abordados	Parceiros
Blitz Caminhadas	Sociedade em geral	Sociedade em geral	Trabalho Infantil ABUSO E EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES	CRAS, CREAS, C. Tutelar, Projeto Um Novo Amanhã – Itaú Social e SMAST
Campanhas Sócioeducativas	Escolas municipais	Estudantes em geral	Trabalho Infantil	CRAS, CREAS, C. Tutelar, Projeto Um Novo Amanhã- Itaú Social e SMAST
Eventos Comunitários	Sede do Projeto Conj. Cecilia da Estação	A comunidade	Trabalho Infantil Setembro Amarelo Outubro Rosa Natal da Integração	CREAS, Cons. Tutelar e Secretaria de As. Social SMS, SMAST SMS, Coordenação da política para Mulheres, SMAST. CRAS/SCFV/SMAST



Palestras	CRAS e Asilo	Idosos do SCFV	Violência contra Pessoa Idosa	CREAS, CRAS e Secretaria de As. Social
Panfletagem	Avenida Principal, feira livre e Escolas municipais	Trabalho Infantil	Sociedade em geral e estudantes	CRAS, CREAS, C. Tutelar, Projeto Um Novo Amanhã- Itaú Social e Secretaria de As. Social
Roda de Conversa	CREAS	Famílias do PAIF	Medidas - PSC	CREAS

Por fim apresentaremos abaixo, o quadro que demonstra os quantitativos dos atendimentos realizados durante o ano de 2017:

<b>REGISTRO MENSAL DE ATENDIMENTOS DO CREAS (Agregado)</b>	
Mês e Ano de Referência de : 01/2017 à 12/2017	Qt de CREAS: 1
Município: BOQUIM	UF: SE

### **Bloco I – Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI**

<b>A. Volume de famílias em acompanhamento pelo PAEFI</b>	<b>Total</b>	<b>Média</b>
A.1. Total de casos (famílias ou indivíduos) em acompanhamento pelo PAEFI	305	25,42
A.2. Novos casos (famílias ou indivíduos) inseridos no acompanhamento do PAEFI, durante o mês de referência	25	2,08
<b>B. Perfil dos novos casos inseridos no acompanhamento do PAEFI, no mês de referência</b>	<b>Total</b>	<b>Média</b>
B.1. Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família	13	1,08
B.2. Famílias com membros beneficiários do BPC	2	0,17
B.3. Famílias com crianças ou adolescentes em situação de trabalho infantil	0	0,00
B.4. Famílias com crianças ou adolescentes em Serviços de Acolhimento	0	0,00
B.5. Famílias cuja situação de violência/ violação esteja associada ao uso abusivo de substâncias psicoativas	0	0,00
B.7. Famílias com adolescente em cumprimento de Medidas Socioeducativas em meio aberto	10	0,83

### **Quantidade e perfil das pessoas vítimas de violência ou violações de direitos que**



Ingressaram no PAEFI, durante o mês de referência (apenas novos casos)						
B.6. Quantidade de pessoas vitimadas, que ingressaram no PAEFI, durante o mês de referência (apenas para os novos casos) (TOTAL)	Total	Sexo	0 a 12 anos	13 a 17 anos	18 a 59 anos	60 anos ou mais
	11	Masculino	0	1	0	3
Feminino		1	2	4	0	
B.6. Quantidade de pessoas vitimadas, que ingressaram no PAEFI, durante o mês de referência (apenas para os novos casos) (MÉDIA)	Total	Sexo	0 a 12 anos	13 a 17 anos	18 a 59 anos	60 anos ou mais
	0,92	Masculino	0,00	0,08	0,00	0,25
Feminino		0,08	0,17	0,33	0,00	

C. Crianças ou adolescentes em situações de violência ou violações, que ingressaram no PAEFI durante o mês de referência						
C.1. Crianças ou adolescentes vítimas de violência intrafamiliar (física ou psicológica) (TOTAL)	Total	Sexo	0 a 6 anos	7 a 12 anos	13 a 17 anos	
	1	Masculino	0	0	0	
Feminino		0	0	1		
C.1. Crianças ou adolescentes vítimas de violência intrafamiliar (física ou psicológica) (MÉDIA)	0,08	Masculino	0,00	0,00	0,00	
		Feminino	0,00	0,00	0,08	
C.2. Crianças ou adolescentes vítimas de abuso sexual (TOTAL)	1	Masculino	0	0	0	
		Feminino	0	1	0	
C.2. Crianças ou adolescentes vítimas de abuso sexual (MÉDIA)	0,08	Masculino	0,00	0,00	0,00	
		Feminino	0,00	0,08	0,00	
C.3. Crianças ou adolescentes vítimas de exploração sexual (TOTAL)	0	Masculino	0	0	0	
		Feminino	0	0	0	
C.3. Crianças ou adolescentes vítimas de exploração sexual (MÉDIA)	0,00	Masculino	0,00	0,00	0,00	
		Feminino	0,00	0,00	0,00	
C.4. Crianças ou adolescentes vítimas de negligência ou abandono (TOTAL)	1	Masculino	0	0	0	
		Feminino	0	0	1	
C.4. Crianças ou adolescentes vítimas de negligência ou abandono (MÉDIA)	0,08	Masculino	0,00	0,00	0,00	
		Feminino	0,00	0,00	0,08	
Crianças ou adolescentes em situações de violência ou violações, que ingressaram no PAEFI durante o mês de referência			Total	Sexo	0 a 12 anos	13 a 15 anos
C.5. Crianças ou adolescentes em situação de			0	Masculino	0	0

*Epunte*



trabalho infantil (até 15 anos) (TOTAL)		Feminino	0	0
C.5. Crianças ou adolescentes em situação de trabalho infantil (até 15 anos) (MÉDIA)	0,00	Masculino	0,00	0,00
		Feminino	0,00	0,00

D. Idosos - 60 anos ou mais - em situações de violência ou violações que ingressaram no PAEFI durante o mês	Total	Sexo	60 anos ou mais
D.1. Pessoas idosas vítimas de violência intrafamiliar (física, psicológica ou sexual) (TOTAL)	2	Masculino	1
		Feminino	1
D.1. Pessoas idosas vítimas de violência intrafamiliar (física, psicológica ou sexual) (MÉDIA)	0,17	Masculino	0,08
		Feminino	0,08
D.2. Pessoas idosas vítimas de negligência ou abandono (TOTAL)	3	Masculino	2
		Feminino	1
D.2. Pessoas idosas vítimas de negligência ou abandono (MÉDIA)	0,25	Masculino	0,17
		Feminino	0,08

E. Pessoas com deficiência em situações de violência ou violações que ingressaram no PAEFI durante o mês	Total	Sexo	0 a 12 anos	13 a 17 anos	18 a 59 anos	60 anos ou mais
E.1. Pessoas com deficiência vítimas de violência intrafamiliar (física, psicológica ou sexual) (TOTAL)	1	Masculino	0	0	0	0
		Feminino	0	0	1	0
E.1. Pessoas com deficiência vítimas de violência intrafamiliar (física, psicológica ou sexual) (MÉDIA)	0,08	Masculino	0,00	0,00	0,00	0,00
		Feminino	0,00	0,00	0,08	0,00
E.2. Pessoas com deficiência vítimas de negligência ou abandono (TOTAL)	0	Masculino	0	0	0	0
		Feminino	0	0	0	0
E.2. Pessoas com deficiência vítimas de negligência ou abandono (MÉDIA)	0,00	Masculino	0,00	0,00	0,00	0,00
		Feminino	0,00	0,00	0,00	0,00

F. Mulheres adultas vítimas de violência intrafamiliar que ingressaram no PAEFI durante o mês de referência	Total	Média
F.1. Mulheres adultas (18 a 59 anos) vítimas de violência intrafamiliar (física, psicológica ou sexual)	1	0,08

G. Pessoas vítimas de tráfico de seres humanos que ingressaram no PAEFI durante o mês de referência	Total	Sexo	0 a 12 anos	13 a 17 anos	18 a 59 anos	60 anos ou mais
---	-------	------	-------------	--------------	--------------	-----------------



G.1. Pessoas vítimas de tráfico de seres humanos (TOTAL)	0	Masculino	0	0	0	0
		Feminino	0	0	0	0
G.1. Pessoas vítimas de tráfico de seres humanos (MÉDIA)	0,00	Masculino	0,00	0,00	0,00	0,00
		Feminino	0,00	0,00	0,00	0,00

H. Pessoas vítimas de discriminação por orientação sexual que ingressaram no PAEFI durante o mês de referência	Total	Média
H.1. Pessoas vítimas de discriminação por orientação sexual	0	0,00

I. Pessoas em situação de rua que ingressaram no PAEFI durante o mês de referência	Total	Sexo	0 a 12 anos	13 a 17 anos	18 a 59 anos	60 anos ou mais
I.1. Pessoas em situação de rua (TOTAL)	0	Masculino	0	0	0	0
		Feminino	0	0	0	0
I.1. Pessoas em situação de rua (MÉDIA)	0,00	Masculino	0,00	0,00	0,00	0,00
		Feminino	0,00	0,00	0,00	0,00

### Bloco II – atendimentos realizados no CREAS

M. Atendimentos realizados no mês de referência	Total	Média
M.1. Total de atendimentos individualizados realizados no mês de referência	248	20,67
M.2. Total de atendimentos em grupo realizados no mês de referência	4	0,33
M.3. Famílias encaminhadas para o CRAS durante no mês de referência	47	3,92
M.4. Visitas domiciliares realizadas no mês de referência	67	5,58

### Bloco III – Serviço de Proteção Social a Adolescente em Cumprimento de Medida Socioeducativa (LA/PSC)

Não realiza oferta do Serviço

J. Volume de adolescentes em cumprimento de Medidas Socioeducativas	Total	Média
J.1. Total de adolescentes em cumprimento de Medidas Socioeducativas (LA e/ou PSC)	49	4,08
J.2. Quantidade de adolescentes em cumprimento de Liberdade Assistida - LA	0	0,00



J.3. Quantidade de adolescentes em cumprimento de Prestação de Serviços à Comunidade - PSC	48	4,00
--	----	------

Quantidade e perfil dos novos adolescentes inseridos no Serviço, no mês de referência	Total	Sexo	
		Masculino	Feminino
J.4. Total de novos adolescentes em cumprimento de Medidas Socioeducativas (LA e/ou PSC), inseridos em acompanhamento no mês de referência (TOTAL)	16	Masculino 13	Feminino 3
J.4. Total de novos adolescentes em cumprimento de Medidas Socioeducativas (LA e/ou PSC), inseridos em acompanhamento no mês de referência (MÉDIA)	1,33	Masculino 1,08	Feminino 0,25
J.5. Novos adolescentes em cumprimento de LA, inseridos em acompanhamento, no mês de referência (TOTAL)	2	Masculino 1	Feminino 1
J.5. Novos adolescentes em cumprimento de LA, inseridos em acompanhamento, no mês de referência (MÉDIA)	0,17	Masculino 0,08	Feminino 0,08
J.6. Novos adolescentes em cumprimento de PSC, inseridos em acompanhamento, no mês de referência (TOTAL)	16	Masculino 13	Feminino 3
J.6. Novos adolescentes em cumprimento de PSC, inseridos em acompanhamento, no mês de referência (MÉDIA)	1,33	Masculino 1,08	Feminino 0,25

#### Bloco IV - Serviço Especializado em Abordagem Social

Não realiza oferta do Serviço

K. Quantidade e perfil de pessoas abordadas pela equipe do Serviço de Abordagem, no mês de referência	Total	Sexo	0 a 12	13 a 17	18 a 59	60 anos ou mais
			anos	anos	anos	anos
K.1. Pessoas abordadas pelo Serviço de Abordagem Social, durante o mês de referência (TOTAL)	0	Masculino	0	0	0	0
		Feminino	0	0	0	0
K.1. Pessoas abordadas pelo Serviço de Abordagem Social, durante o mês de referência (MÉDIA)	0,00	Masculino	0,00	0,00	0,00	0,00
		Feminino	0,00	0,00	0,00	0,00

Situações identificadas pelo Serviço Especializado em Abordagem Social, no mês de referência	Total	Média
K.2. Crianças ou adolescentes em situação de trabalho infantil (até 15 anos)	0	0,00
K.3. Crianças ou adolescentes em situação de exploração sexual	0	0,00





K.4. Crianças ou adolescentes usuárias de crack ou outras drogas	0	0,00
K.5. Pessoas adultas usuárias de crack ou outras drogas ilícitas	0	0,00
K.6. Migrantes	0	0,00

L. Volume de abordagens realizadas	Total	Média
L.1. Quantidade total de abordagens realizadas (compreendida como número de pessoas abordadas, multiplicado pelo número de vezes em que foram abordadas durante o mês)	0	0,00

➤ **PARTICIPAÇÃO EM CAPACITAÇÕES**

Evento	Função dos participantes	Cidade/UF	Órgão Promotor
Conferência Municipal de Assistência Social	Delegados	Boquim/Se	CMAS/SMAS

**2.2 - PROTEÇÃO SOCIAL DE ALTA COMPLEXIDADE – ABRIGO**

O Serviço de Acolhimento Institucional é o acolhimento em diferentes tipos de equipamentos, destinado a famílias e/ou indivíduos com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, a fim de garantir proteção integral. A organização do serviço deverá garantir privacidade, o respeito aos costumes, às tradições e à diversidade de: ciclos de vida, arranjos, raça/etnia, gênero e orientação sexual.

O atendimento prestado deve ser personalizado e em pequenos grupos e favorecer o convívio familiar e comunitário, bem como a utilização e serviços disponíveis na comunidade local. As regras de gestão e de convivência deverão ser construídas de forma participativa e coletiva, a fim de assegurar a autonomia dos usuários, conforme perfis.

O acolhimento provisório é excepcional para crianças e adolescentes de ambos os sexos, inclusive crianças e adolescentes com deficiência, sob medida de proteção e em situação de risco pessoal e social, cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção. As



unidades não devem distanciar-se excessivamente, do ponto de vista geográfico e socioeconômico, da comunidade de origem das crianças e adolescentes atendidos.

Os grupos de crianças e adolescentes com vínculos de parentesco – irmãos, primos, etc. – devem ser atendidos na mesma unidade. O acolhimento será feito até que seja possível o retorno à família de origem ou colocação em família substituta.

### UNIDADE DE ACOLHIMENTO – ABRIGO

#### ➤ IDENTIFICAÇÃO:

Equipamento Social: Serviço de Acolhimento Anjos do Futuro  
Endereço: Praça Olímpio Campos, 537.

#### ➤ CARACTERIZAÇÃO DO PÚBLICO ATENDIDO EM ACOLHIMENTO

Acolhidos : 13 (vagas ocupadas)    Vagas Disponíveis: 07

Faixa Etária:

0 a 2	3 a 5	6 a 10	11 a 13	14 a 15	16 a 17
02	-	06	03	02	-

Especificação sobre sexo: Feminino - (9) Masculino - (4)  
Dentre os acolhidos tem dois grupos de irmãos.

#### ➤ PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Visão	Audição	Mental	Motora	Física	Transtorno
0	0	0	0	1 CRIANÇA	0

#### ➤ ORIGEM DO PÚBLICO ACOLHIDO:

Os acolhidos são todos do Município, principal motivo do acolhimento foi negligência e abandono, 07 foi por decisão judicial. O abrigo recebeu visitas e inspeção do Ministério Público e Conselho Tutelar



### QUANTO AOS ENCAMINHAMENTOS FEITOS:

Descrição	Quantidade de Encaminhamentos	Situação	
		Deferido	Indeferido
2ª Via de Certidões de nascimento, casamento e óbito	07	07	
Apoio para obtenção de Documentação pessoal 1ª e 2ª de RG; Carteira de Trabalho	08	08	
BPC/PCD	01		01
Encaminhamento ao CREAS	08	01	07
Encaminhamento ao CRAS	08		08
Encaminhamento do cadastro único	-----	-----	-----
Orientações Diversas	14	-----	---

### QUANTITATIVO DE VISITAS E/OU CONTATOS INSTITUCIONAIS REALIZADAS COM A REDE DE RELACIONAMENTO

Descrição do Público	Quantitativo	Localidade		
		Próprio Município	Outro Município	Próprio Município
Abrigos	-----			
CEDCA e/ou CMDCA	-----			
Corregedoria Judiciário	02	02		
CRAS	08			
CREAS	08			
CREAMs	-----			
DEAMS	-----	04		
Delegacia comum	04			
Escolas	48	48		
Rede Hospitalar	-----			
IML	-----			
Juizado da Infância e Juventude	-----			
Ministério Público	76	76		
Maternidade Nossa Senhora de Lourdes ou outras	-----			
ONG	05	05		
Outros	-----			
Conselhos Tutelares	15	15		
Poder Judiciário	05	05		
Polícia Militar	-----			
Procuradoria Municipal	05	05		
Secretaria de Segurança Pública	-----			
Universidades e/ou Faculdades	-----			
Total	176	160		



### 3. – GESTÃO

São benefícios da Política de Assistência Social, de caráter suplementar e provisório, prestados aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública. Os Benefícios Eventuais são assegurados pelo art. 22 da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS, alterada pela Lei nº 12.435, de 06 de julho de 2011, e integram organicamente as garantias do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

Na LOAS, estão previstas quatro modalidades de Benefícios Eventuais:

**Natalidade, para atender preferencialmente:**

- Necessidades do bebê que vai nascer;
- Apoio à mãe nos casos em que o bebê nasce morto ou morre logo após o nascimento;
- Apoio à família no caso de morte da mãe.

**Funeral, para atender preferencialmente:**

- Despesas de urna funerária, velório e sepultamento;
- Necessidades urgentes da família advindas da morte de um de seus provedores ou membros;
- Ressarcimento, no caso da ausência do Benefício Eventual no momento necessário.

**Vulnerabilidade Temporária**, para o enfrentamento de situações de riscos, perdas e danos à integridade da pessoa e/ou de sua família.

**Calamidade Pública**, para o atendimento das vítimas de calamidade pública, de modo a garantir a sobrevivência e a reconstrução da autonomia destas.



Em conformidade com as alterações promovidas na LOAS pela Lei nº 12.435, de 2011, a concessão e o valor dos Benefícios Eventuais devem ser definidos pelos Municípios, Estados e Distrito Federal, com base em critérios e prazos estabelecidos pelos respectivos Conselhos de Assistência Social.

Enquanto direitos sociais legalmente instituídos, visam ao atendimento das necessidades humanas básicas. Sua oferta deve ocorrer de forma integrada aos demais serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social nos municípios.

No município de Boquim os Benefícios Eventuais são ofertados mediante regulamentação da Lei nº 679 de 24 de maio de 2013 e atualizada pela Lei nº 811 de dezembro de 2017.

Acerca dos tipos de benefícios existentes no município em 2017, constitui em: auxílio funeral e aluguel social. Estes benefícios são operacionalizados pela Secretaria de Assistência Social, sendo todos encaminhados e acompanhados pelo CRAS.

Apesar de todo cenário de crise financeira enfrentada por todos os municípios brasileiros, o qual exigiu da gestão municipal cortes de gastos e conseqüentemente a afetou a ampliação da concessão de benefícios eventuais e além da necessidade de atualização da Lei que regulamenta os Benefícios Eventuais e outros programas e projetos que venham atender em caráter de benefício eventual a necessidade de algumas pessoas em situação vulnerável.

### **3.1- COORDENAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

O Fundo Municipal de Assistência Social do município de Boquim foi criado pela Lei nº 679 de 24 de maio de 2013 revoga a Lei nº 440/ 2001 e tem como objetivo proporcionar recursos e meios para o financiamento das ações na área de assistência social.

Os recursos dos fundos podem ser provenientes das transferências do Fundo Nacional e Estadual de Assistência; das dotações orçamentárias do município e dos recursos adicionais estabelecidos; das doações, auxílios, contribuições, subvenções e



transferências de entidades nacionais e internacionais, organizações governamentais e não governamentais; das receitas de aplicações financeiras de recursos do fundo; das parcelas do produto de arrecadação de outras receitas próprias oriundas de financiamentos das atividades econômicas, de prestação de serviços e de outras transferências que o Fundo Municipal de Assistência Social terá direito a receber por força da Lei e de convênio no setor; dos produtos de convênios firmados com outras entidades financiadoras; das receitas provenientes da alienação de bens móveis imóveis no município; das doações em espécies feitas diretamente ao fundo; dos recursos provenientes dos concursos de prognóstico, sorteios e loterias no âmbito municipal e de outras receitas que venham a ser legalmente instituídas.

Todos estes recursos são depositados numa conta especial denominada: “Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS” e poderão ser aplicados em financiamentos totais ou parciais de programas e projetos de assistência social, desenvolvidos pela administração pública; no pagamento de prestação de serviços de entidades públicas ou privadas que prestam seus serviços aos programas ou projetos; no financiamento de programas e projetos previstos no plano municipal de assistência social; na aquisição de material permanente e de consumo e outros insumos necessário ao desenvolvimento dos programas; na construção, reforma, ampliação, aquisição ou locação de imóveis para prestação de serviços de assistência social; no desenvolvimento e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão; no desenvolvimento de programas de capacitação de recursos humanos na área de assistência social e na participação do custeio do pagamento de benefícios eventuais.

Durante o ano de 2017 o município de Boquim recebeu recursos da esfera Federal e Estadual:

- Proteção Social Básico CRAS e SCFV – (Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos);
- Proteção Social de Média Complexidade CREAS- PAEFI e Medida Sócio-Educativa
- Proteção Social Especial de Alta Complexidade I;
- IGD SUAS
- IGDBF.
- Cofinanciamento Estadual Alta Complexidade



Vale ressaltar que os atrasos ocasionados por parte do Governo Federal e a suspensão de repasses para PSB, SCFV, Média Complexidade por parte do Governo do Estado tem prejudicado fortemente as ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

### **3-2 PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA FEDERAL**

O Programa Bolsa Família Federal foi instituído pela Medida Provisória nº132, de 20 de outubro de 2003, posteriormente convertida na Lei nº 10.836 de 09 de janeiro de 2004. Os programas Bolsa-escola, Auxílio-gás, Bolsa-Alimentação e Cartão-Alimentação, foram unificados no Programa Bolsa Família.

O Programa Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o país. O Bolsa Família integra o Plano Brasil Sem Miséria, está baseado na garantia de renda, inclusão produtiva e no acesso aos serviços públicos.

O Bolsa Família possui três eixos principais: a transferência de renda promove o alívio imediato da pobreza; **as condicionalidades** reforçam o acesso a direitos sociais básicos nas áreas de **educação, saúde e assistência social**; e as ações e programas complementares objetivam o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários consigam superar a situação de vulnerabilidade.

Todos os meses, o governo federal deposita uma quantia para as famílias que fazem parte do programa. O saque é feito com cartão magnético, emitido preferencialmente em nome da mulher. O valor repassado depende do tamanho da família, da idade dos seus membros e da sua renda. Há benefícios específicos para famílias com crianças, jovens até 17 anos, gestantes e mães que amamentam.

A gestão do programa é instituída e regulamentado pelo Decreto nº 5.209/2004, é descentralizada e compartilhada entre a União, Estados, Distrito Federal e municípios. Os entes federados trabalham em conjunto para aperfeiçoar, ampliar e fiscalizar a execução.



A seleção das famílias para o Bolsa Família é feita com base nas informações registradas pelo município no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, instrumento de coleta e gestão de dados que tem como objetivo identificar todas as famílias de baixa renda existentes no Brasil.

Com base nesses dados, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) selecionam, de forma automatizada, as famílias que serão incluídas para receber o benefício. No entanto, o cadastramento não implica a entrada imediata das famílias no programa e o recebimento do benefício.

O município, há 4.016 famílias beneficiárias do Bolsa Família. Essas famílias beneficiárias equivalem, aproximadamente, a 36,22% da população total do município, e inclui 1.357 famílias que, sem o programa, estariam em condição de extrema pobreza. No mês de janeiro de 2018 foram transferidos R\$ 641.307,00 às famílias do Programa e o benefício médio repassado foi de R\$ 159,69 por família.

Conforme estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), fundação pública federal vinculada ao Ministério do Planejamento, a cada R\$ 1,00 transferido às famílias do programa, o Produto Interno Bruto (PIB) municipal tem um acréscimo de R\$ 1,78. A cobertura do programa é de 111,43% em relação à estimativa de famílias pobres no município. Essa estimativa é calculada com base nos dados mais atuais do Censo Demográfico, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O município já alcançou a meta de atendimento do programa. O foco da gestão municipal deve ser na manutenção da atualização cadastral dos beneficiários, para evitar que famílias que ainda precisam do benefício tenham o pagamento interrompido. A qualidade dos dados cadastrais aumenta a possibilidade de que todas as famílias pobres e extremamente pobres do Município sejam beneficiárias do Programa.

Na Revisão Cadastral são convocadas as famílias que estão sem atualizar o cadastro há mais de 24 meses. No seu município, das 1.153 famílias convocadas no ano





de 2017, 463 ainda não atualizaram o cadastro e podem ter o benefício cancelado caso não cumpram o prazo para a atualização. Na Averiguação Cadastral, são convocadas as famílias identificadas com informações divergentes entre o Cadastro Único e outras bases de dados do governo federal. No seu município, das 1.421 famílias convocadas no ano de 2017, 532 ainda não atualizaram o cadastro e podem ter o benefício cancelado caso não cumpram o prazo para a atualização.

Mês	Qtd famílias	Valor
Dezembro De 2017	3.982	R\$ 639.798,00
Novembro De 2017	3.954	R\$ 636.017,00
Outubro De 2017	3.925	R\$ 631.697,00
Setembro De 2017	3.880	R\$ 626.846,00
Agosto De 2017	3.858	R\$ 627.312,00
Julho De 2017	3.601	R\$ 596.239,00
Junho De 2017	3.734	R\$ 619.174,00
Maió De 2017	3.741	R\$ 622.492,00
Abril De 2017	3.768	R\$ 620.926,00
Março De 2017	3.825	R\$ 621.863,00
Fevereiro de 2017	3.837	R\$ 626.585,00

### EDUCAÇÃO:

No seu município, 3.475 crianças e jovens de 6 a 17 anos do Bolsa Família precisavam ter a frequência escolar acompanhada no último bimestre. Dessas, foram acompanhadas 3.242. Portanto, 93,29% das crianças e jovens de 6 a 17 anos do Bolsa Família tiveram a informação de frequência escolar registrada nesse período. A média nacional é de 91,07% de acompanhamento na educação. O município possui, portanto, um acompanhamento da frequência escolar muito bom, acima da média nacional.



## SAÚDE:

Na área da Saúde, 3.387 famílias foram acompanhadas no último semestre. As famílias que devem ser acompanhadas na saúde são aquelas que possuem crianças de até 7 anos e/ou mulheres gestantes. O município conseguiu acompanhar 3.138 famílias, o que corresponde a um acompanhamento de 92,65%. A média nacional de acompanhamento na saúde é de 72,76%. Assim, o município possui um acompanhamento da agenda de saúde muito bom, acima da média nacional.

Acompanhamento, pela Assistência Social, das famílias que descumprem as condicionalidades as famílias que descumprem as condicionalidades podem sofrer efeitos gradativos, que variam desde uma advertência, passando pelo bloqueio e suspensão do benefício quando o descumprimento é reiterado, até seu cancelamento em casos específicos. Esses efeitos são considerados sinalizadores de possíveis vulnerabilidades das famílias, pois demonstram que elas não estão exercendo seus direitos sociais básicos à saúde e à educação, determinando a priorização dessas famílias no Acompanhamento Familiar realizado pelas equipes da Assistência Social no município. O município apresenta 14 famílias(s) em fase de suspensão no período acompanhado (setembro de 2017). Dessa(s), 10 famílias(s) apresenta(m) registro de Acompanhamento Familiar no Sistema de Condicionalidades do PBF (Sicon). Esse registro é necessário para que esta(s) família(s) não deixe(m) de receber os recursos do Bolsa Família, se for o caso

Segue dados com referência ao mês de Setembro de 2017. O município possui:

- 6.785 famílias inseridas no Cadastro Único
- 5.415 famílias com o cadastro atualizado nos últimos dois anos;
- 5.778 famílias com renda até  $\frac{1}{2}$  salário mínimo; e
- 4.767 famílias com renda até  $\frac{1}{2}$  salário mínimo com o cadastro atualizado.
- 3982 famílias Recebendo
- 124 Famílias Transferidas



### DEMAIS AÇÕES DA EQUIPE CADÚNICO BOLSA FAMILIA

AÇÃO	PARTICIPANTES
Atendimento ao Público	7.600 pessoas aproximadamente
Visitas Domiciliares	610 aproximadamente
Novos Cadastros	633
Reversão no SIBEC	343
Capacitação para operacional o Cadastro Único e Outros Sistemas	Técnicos
Reunião com a Equipe Técnica do PBF	Técnicos
Entrega de Convocação para comparecimento das Famílias com BPC Idoso	Assistentes Sociais
Famílias em Acompanhamento Familiar	122
Acompanhamento das Condicionalidades do PBF	1162
Averiguação de Denúncias	Aproximadamente 30 denúncias
Reuniões com Pais para esclarecimentos sobre as Condicionalidades do Programa	Escolas Municipais e Estaduais
Capacitação SIBEC	Gestor Master e Técnico
Cruzamentos de Dados	Funcionários
Inclusão dos Beneficiários BPC	Técnicos
Palestras no Programa Mão Amiga	Técnico
Averiguação Cadastral	Técnicos
Reunião Geral do Programa Mão Amiga	Secretário, Gestor do Bolsa Família e Assistente Social
Roda de conversa	Famílias do PAIF
Reunião com Famílias do Projeto Um Novo Amanhã – Itaú Social	Gestor Bolsa Família e Técnico
Reunião com Coordenador Estadual de Sergipe	Equipe Técnica
Reunião para orientação da importância da atualização cadastral	Público do bolsa e mão amiga

### 3.3 - CEAC E NÚCLEO DE ATENDIMENTO AO TRABALHADOR – NAT

Na Unidade também se encontra serviços como Posto do DETRAN, Posto do RG, Posto do Ministério do Trabalho e Junta Militar.

O Núcleo de Apoio ao Trabalho - NAT é o intermediário nas relações entre o trabalhador e o mercado de trabalho, encaminhando pessoas desempregadas para as vagas de emprego. O grande desafio é captar um número de vagas cada vez maior e



encaminhar as pessoas com o perfil adequado para preenchê-las, garantindo o aumento das colocações.

Além dos trabalhadores, as empresas que precisam admitir trabalhadores também podem se dirigir diretamente a esta unidade. O empregador ou o responsável pela área de recursos humanos pode apresentar ao Setor de atendimento ao Empregador o perfil do profissional ou programa desejado, sendo disponibilizado, a custo zero, um banco de dados.

A equipe do CEAC e NAT é composto por 01 (um) Coordenador Geral e 02 (dois) Seguro Desemprego, Intermediação e Encaminhamento de Vagas de Emprego, 02 (dois) Carteira de Identidade, 01 (um) Carteira de Trabalho, 01 (um) Junta Militar, 01 (um) Biometria, 01 (um) Detran.

#### **QUANTITATIVO TOTAL DE ATENDIMENTOS REALIZADOS**

Nº de Pessoas Cadastradas: 636

Nº de encaminhamentos setor formal: 144

Nº de pessoas colocadas setor formal: 52

Nº de encaminhamentos setor informal: 25

Nº de pessoas colocadas setor informal: 07

Vale ressaltar que a unidade NAT/CEAC realiza por meio de parcerias com o SENAC Aracaju intermediações de cursos profissionalizantes que possibilita a qualificação e preparo de jovens e adultos ao mercado de trabalho.



<b>CURSO: OPERADOR DE MICRO COMPUTADOR</b>	
<b>VAGAS</b>	112

Referindo-se ao CEAC móvel outra parceria firmada no exercício de 2017 podemos atender em diversos serviços abaixo relacionados:



ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOQUIM  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DO TRABALHO



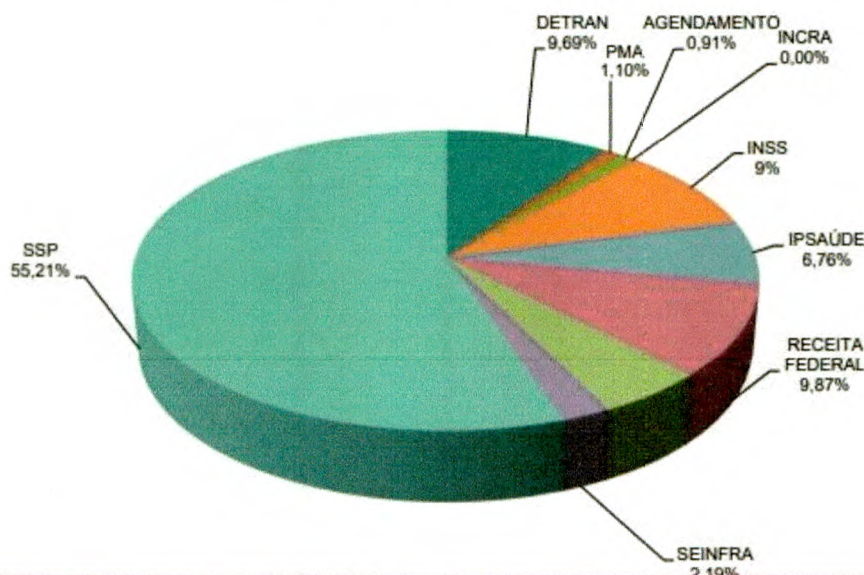
### RELAÇÃO DE SERVIÇOS

<b>AGENDAMENTO</b>	5
<b>PMA</b>	6
<b>SEPLAG</b>	0
<b>DETRAN</b>	53
<b>DESO</b>	27
<b>INCRA</b>	0
<b>INSS</b>	51
<b>IPESAÚDE</b>	37
<b>RECEITA FEDERAL</b>	54
<b>DESO</b>	27
<b>SEINFRA</b>	12
<b>SSP</b>	302
<b>TOTAL</b>	549



## BOQUIM/SE- 2017 (Período: 21 a 23/11/2017)

### Percentual de Atendimento



**Dias: 03 dias**  
**Total de atendimentos: 549**  
**Média Diária: 183 atendimentos**  
**População: 25.533 habitantes**

### 3.4 CONSELHO TUTELAR

O Conselho Tutelar foi criado com o Estatuto da Criança e do Adolescente (em 1990) e é um dos órgãos que compõem o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente. É responsabilidade das prefeituras e criação a manutenção de pelo menos um Conselho Tutelar em cada município brasileiro. Cinco conselheiros escolhidos pela comunidade formam o Conselho.

O Conselho Tutelar tem a função de tomar providências em casos de ameaças ou violação dos direitos da criança e do adolescente. Ao ser informado de um caso, o Conselho Tutelar deve atuar para garantir que a transgressão do direito não aconteça ou que o direito seja restaurado, caso a violação já tenha acontecido.



O Conselho Tutelar não trabalha sozinho, ele atua dentro de uma rede, o chamado Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente. O Conselho Tutelar deve ter à sua disposição serviços públicos que possam efetuar as avaliações necessárias e executar as medidas aplicadas. Sem uma rede de serviços e programas, o Conselho Tutelar pode fazer pouco por uma criança ou adolescentes em situação de risco.

O Conselho não deve apenas aguardar a chegada das denúncias. Deve ser atuante e ter uma preocupação preventiva, aplicando medidas e efetuando encaminhamentos diante da simples ameaça de violação dos direitos de uma criança ou de um adolescente.

#### **ATIVIDADES PREVENTIVAS E DE MOBILIZAÇÃO REALIZADAS**

- Palestras nas escolas para pais e alunos;
- Palestras com parceria com o CREAS;
- Fiscalização na Instituição Anjos do Futuro; Creche e nas escolas;
- Viagem para atendimento médico; resolver documentações diversas; e exames de DNA;
- Visitas na Feira livre; Visitas no lixão; Visitas no matadouro;
- Visitas domiciliares;
- Comparecimento em Delegacia;
- Participação em audiência;
- Intermediação para vagas em creches e escolas
- Solicitação de 2ª via de registro;
- Encaminhamento na Maternidade Nossa Senhora de Lourdes; IML;
- Encaminhamento de Adolescente para outro município;
- Participação em ações para o Enfrentamento ao Trabalho Infantil;
- Averiguações de Salves (Emitido pela Unidade de saúde);
- Participação em Desfile Cívico
- Trabalhos em eventos do município e dos equipamentos da Política de Assistência social e outras;



- Participação em Capacitação e seminários;
- Reintegração das crianças e adolescentes as famílias de origem;
- Encaminhamento Psicológico;
- Desintoxicação de adolescentes;
- Medidas Protetivas;

**As principais dificuldades encontradas pelo Conselho Tutelar em 2017 foram:**

- Pouca agilidade no atendimento as solicitações e ofícios enviados;
- Insuficiência de equipamento de mobília; de espaço físico com salas adequadas;
- Falta de guarda ou segurança;
- Falta o SIPIA;
- Pagamentos de Diárias;

### **3.5 - CASA DOS CONSELHOS**

A Casa dos Conselhos é um órgão vinculado a Secretaria Municipal de Assistência Social e do Trabalho que abriga todos os conselhos existentes nesta secretaria.

É de atribuição da equipe da Casa dos Conselhos organizar as reuniões; elaborar as convocações, nelas inseridas a pauta da reunião; encaminhar as convocações aos conselheiros titulares e suplentes, com uma antecedência de 24 horas; apoiar as reuniões com o material necessário, bem como secretariar as reuniões.

As reuniões dos conselhos realizam-se mensalmente nas datas autorizadas pelos respectivos Regimentos Internos, os Conselhos existem 02 (dois) conselhos em regular situação, sendo eles – Conselho Municipal de Assistência Social e o Conselho





- Reunião de orientação técnica para procedimentos para realização da Conferências Municipais de Assistência Social –Auditório do Nat em 11/05/2017;
- VI Conferência Municipal de Assistência Social com o Tema: Garantia de direitos no Fortalecimento do SUAS de Boquim – SE em 28/07/2017;
- VII Conferência Estadual de Assistência Social – 26 e 27 de outubro de 2017.

Assessoramento Técnico para regulação e estruturação do CMAS.

Dentre as atividades e ações do CMAS, vale ressaltar que houve a realização de 06 reuniões ordinárias e 03 reuniões extraordinárias, e tendo 04 reuniões não realizadas devido à falta de quórum.

Referente ao CMDCA foram 07 reuniões ordinárias, 04 extraordinárias e 02 não realizada por falta de quórum.

**No tocante aos registros e deliberações:**

**CMAS**

09 ATAS REGISTRADAS	04 RESOLUÇÕES
------------------------	------------------

**CMDCA**

13 ATAS REGISTRADAS	02 RESOLUÇÕES
------------------------	------------------

Mediante a mudança de gestão e nova composição dos conselheiros, o **CMAS** e **CMDCA** desempenhou suas funções e pontua em seus planos de ação o planejamento para auxiliar as atividades para o próximo exercício.



#### 4 . CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Relatório de Gestão é um instrumento de planejamento destinado a avaliar a execução da política de assistência social do município de Boquim/SE. A elaboração deste instrumental em 2017 foi um processo de construção coletiva, com a participação de toda equipe técnica dos equipamentos sociais e com os conselhos municipais vinculados a secretaria de assistência social.

A análise das ações e serviços prestados durante o ano de 2017 pelos equipamentos sociais foi feita a partir de reunião com equipe técnica dos equipamentos, gestão, coordenação, setor financeiro do FMAS e da Prefeitura.

A formulação deste documento é relevante uma vez que podemos refletir sobre os avanços alcançados no decorrer do ano e os desafios enfrentados, mas que podem ser superados no ano vindouro.

No que concerne aos programas, serviços e benefícios todos foram mantidos e executados conforme prega a legislação. As equipes dos CRAS, CREAS, Abrigo e SCFV

A maior dificuldade enfrenta pela Secretaria de Assistência Social e do Trabalho em 2017 foi o limite de pessoal pela Lei de Responsabilidade que dificulta a atender o número ideal determinado nas legislações dos equipamentos, a ausência da implantação da Vigilância Socioassistencial e a morosidade das licitações, fator que atrapalha a equipe técnica e atrasa os serviços a serem prestados a população

Outro desafio a ser enfrentado em 2017 é a aquisição de 03 (três) veículos, um para a CRAS, um CREAS e outro para o Abrigo, visto que são equipamentos sociais que necessitam de veículos e motoristas exclusivos para desenvolver suas atividades.



## 5 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

BRASIL. Lei Orgânica e Assistência Social – LOAS. Lei 8742, de 07.12.1993.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Política Nacional de Assistência Social. Brasília, DF, 2004.

\_\_\_\_\_. Norma Operacional Básica – NOB/SUAS – Construindo as bases para a implementação do sistema único de assistência social. Brasília, DF, 2005.

\_\_\_\_\_. Orientações Técnicas para o Centro de Referência da Assistência Social – Proteção básica do sistema único de assistência social. Brasília, DF, 2006.

BRASIL. MDS/SAGI-RI;IDV e Visor Suas. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIv3/geral/relatorio.php#Beneficios>.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS. 2011.

CNAS. Resolução 109/2009. Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. 2009.

CNAS. Resolução 18/2013. Pacto de Aprimoramento de Gestão do SUAS, 2013.

CNAS. Resolução 9/2014. Ratifica e reconhece as ocupações e as áreas de ocupações profissionais de ensino médio e fundamental do SUAS, em consonância com a NOB-RH/SUAS.



# ANEXOS



## CRAS





ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOQUIM  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DO TRABALHO





ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOQUIM  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DO TRABALHO





**PALESTRA GRUPO DE PESSOAS IDOSSA- SCFV**



**AÇÃO DO FAÇA BONITO - GRUPOS DO SCFV**



**AÇÕES RECREATIVAS - SCFV**







DESFILE CÍVICO - SCFV





**ATIVIDADES DE FORTALECIMENTO E ALONGAMENTO – IDOSOS DO SCFV**





ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOQUIM  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DO TRABALHO





ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOQUIM  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DO TRABALHO

## ATIVIDADES ESPORTIVA E ARTISTICA - SCFV





## ATIVIDADES LÚDICAS





## PROJETOS DATAS COMEMORATIVAS

### NATAL EM FAMILIA











## LANÇAMENTO DO PROGRAMA





## QUALIFICAÇÃO DA EQUIPE DO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ





ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOQUIM  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DO TRABALHO

## PARTICIPAÇÃO NO SEMINÁRIO ESTADUAL INTERSETORIAL DO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ





## NOVO AMANHÃ





## PARCERIA COM POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES





### NAT





## REUNIÃO COM BENEFICIÁRIOS DO BOLSA





ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOQUIM  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DO TRABALHO



*Boquim*

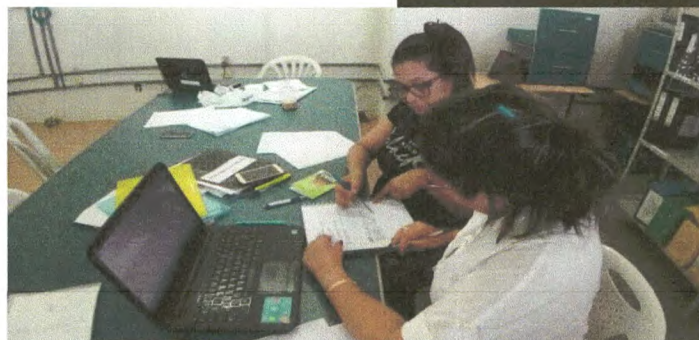




## CONSELHO



### TREINAMENTO PARA SECRETÁRIA EXECUTIVA





## CONFERÊNCIA MUNICIPAL



Secretaria Municipal de Saúde - BOQUIM

CNPJ: 11.270.608/0001-52

Praça Dr. Jose Maria Paiva Melo

Telefone: 7936451561 - E-mail: smsboquim@yahoo.com.br

49360-000 - BOQUIM - SE

**RELATÓRIO DE GESTÃO - PERÍODO DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017**

**1. IDENTIFICAÇÃO DO MUNICÍPIO**

**1.1 Secretário(a) de Saúde em Exercício**

Secretário em Exercício

Nome: ANA CRUZ DE ANDRADE

Data da Posse: 02/01/2017

Secretário de Saúde Referente ao Ano do Relatório de Gestão

Nome: ANA CRUZ DE ANDRADE

Data da Posse: 02/01/2017

A Secretaria de Saúde teve mais de um gestor no período a que se refere o RAG?

Não

**1.2 Informações do Fundo Municipal de Saúde**

Instrumento legal de criação do FMS

Tipo Lei - 274

CNPJ

11.270.608/0001-52 - Fundo de Saúde

Data

08/10/1991

O Gestor do Fundo é o Secretário da Saúde?

Sim

Gestor do FMS

ANA CRUZ DE ANDRADE

Cargo do Gestor do FMS

Secretário de Saúde

**1.3 Informações do Conselho de Saúde**

Instrumento legal de criação do CMS

Tipo Lei - 273

Nome do Presidente do CMS

ALAN SANTANA SANTOS

Data

17/06/2015

Segmento

gestor

Data da última eleição do Conselho

17/06/2015

Telefone

7999940634

E-mail

psialansantana@hotmail.com

**1.4 Conferência de Saúde**

Data da última Conferência de Saúde

06/2015

**1.5 Plano de Saúde**

A Secretaria tem Plano de Saúde?

Sim

A Secretaria de Saúde tem plano de saúde referente ao período de 2014 a 2017?

Sim

Situação

Aprovado

Aprovação no Conselho de Saúde

Resolução nº 5 Em 15/03/2018

**ARQUIVOS ANEXOS**

**Documento**

Plano de Saude Boquim 2018 a 2021 FINAL.pdf

Resolução 05-2018 PMS 2018-2021.pdf

A Secretaria de Saúde tem programação anual de saúde referente ao ano de 2017?

Sim

Situação

Aprovado

Aprovação no Conselho de Saúde

Resolução nº 7 Em 07/10/2017

**ARQUIVOS ANEXOS**

**Documento**

plano de ação da saúde final 2017 finalidade.pdf

Resolução 07 PAS 2017.pdf

A Secretaria de Saúde tem programação anual de saúde referente ao ano de 2018?

Sim

Situação

Aprovado

Aprovação no Conselho de Saúde

Resolução nº 3 Em 21/02/2018

#### ARQUIVOS ANEXOS

Documento
Programação Anual de Saúde 2018 finalizado.pdf
Resolução PAS 2018(1).pdf

#### 1.6 Plano de Carreira, Cargos e Salários

O Município possui Plano de Carreira, Cargos e Salários (PCCS)?

Sim

O Município possui Comissão de elaboração do Plano de Carreira, Cargos e Salários (PCCS)?

#### 1.7 Informações sobre Regionalização

O município pertence à Região de Saúde:

Estância

O município participa de algum consórcio?

Não

O município está organizado em regiões intramunicipal?

Sim Quantas? 1

#### 1.8 Introdução - Considerações Iniciais

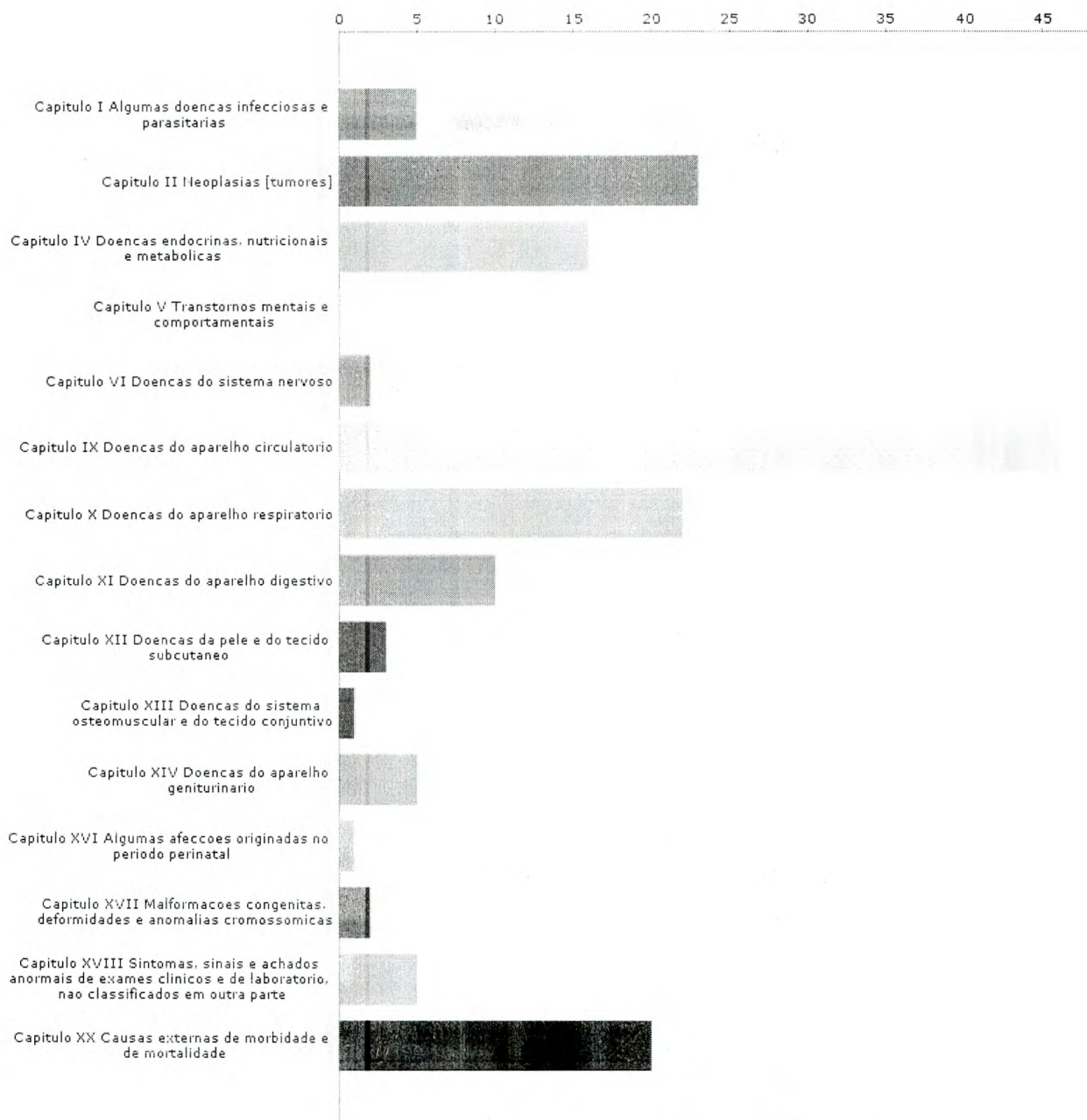
Apresentamos o Relatório Anual de Gestão (RAG), referente ao ano de 2017, conforme o que preconiza as Portarias nº 3.085/GM e nº 3.332/GM. O RAG é o instrumento que apresenta os resultados alcançados com a execução da Programação Anual de Saúde (PAS), de acordo com o conjunto de metas, ações e indicadores desta, orientando os eventuais ajustes no Plano de Saúde. Também é norteador das ações de Auditoria e de controle, constituindo-se no instrumento de comprovação da aplicação dos recursos repassados do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, utilizando como uma importante ferramenta o Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS).

A elaboração do RAG utiliza a ferramenta eletrônica Sistema de Apoio ao Relatório Anual de Gestão (SARGSUS – [www.saude.gov.br/sargsus](http://www.saude.gov.br/sargsus)), cuja alimentação é anual, regular e obrigatória, conforme definido na Portaria nº GM/MS 575/2012.



Interações por Capítulo CID-10	Menor 1	1 a 4	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 29	30 a 39	40 a 49	50 a 59	60 a 69	70 a 79
Capítulo XVIII Sintomas, sinais e achados anormais de exames clínicos e de laboratório, não classificados em outra parte	0	0	0	0	1	0	0	0	0	2	2
Capítulo XX Causas externas de morbidade e de mortalidade	0	0	0	1	4	5	2	4	2	2	0
<b>Total</b>	<b>4</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>3</b>	<b>22</b>	<b>18</b>	<b>32</b>	<b>30</b>

Interações por Capítulo CID-10	80	Idade ignorada	Total
Capítulo I Algumas doenças infecciosas e parasitárias	2	0	5
Capítulo II Neoplasias (tumores)	2	0	23
Capítulo IV Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas	6	0	16
Capítulo V Transtornos mentais e comportamentais	0	0	3
Capítulo VI Doenças do sistema nervoso	0	0	2
Capítulo IX Doenças do aparelho circulatório	15	0	46
Capítulo X Doenças do aparelho respiratório	13	0	22
Capítulo XI Doenças do aparelho digestivo	1	0	10
Capítulo XII Doenças da pele e do tecido subcutâneo	2	0	3
Capítulo XIII Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo	1	0	1
Capítulo XIV Doenças do aparelho geniturinário	1	0	5
Capítulo XVI Algumas afecções originadas no período perinatal	0	0	1
Capítulo XVII Malformações congênitas, deformidades e anomalias cromossômicas	0	0	2
Capítulo XVIII Sintomas, sinais e achados anormais de exames clínicos e de laboratório, não classificados em outra parte	0	0	5
Capítulo XX Causas externas de morbidade e de mortalidade	0	0	20
<b>Total</b>	<b>43</b>	<b>0</b>	<b>164</b>



### Análise e considerações sobre Mortalidade

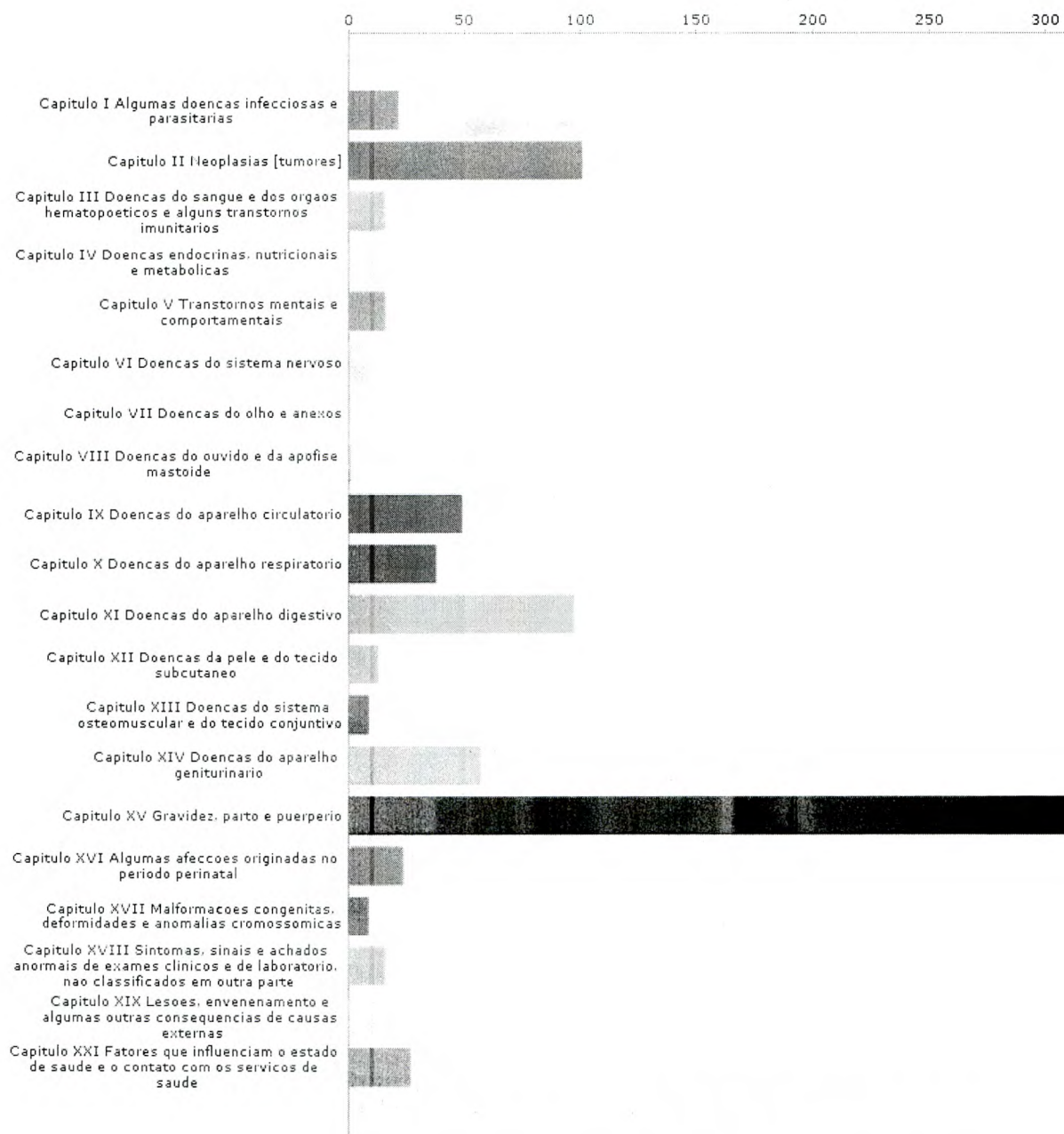
Em 2017, as principais causas de mortalidade estão relacionadas às doenças do aparelho circulatório, aparelho respiratório, aparelho digestivo, neoplasias, doenças endócrinas e causas externas-violência/acidentes proveniente de acidente de motocicleta e violência por arma de fogo e arma branca. A Secretaria Municipal de Saúde intensificou algumas medidas de caráter preventivo como palestras educativas, intensificação do Programa de Atividade Física e do Programa de Combate ao Tabagismo, acompanhamento dos hipertensos e diabéticos, melhoria na qualidade do atendimento ao pré-natal e especialmente após o parto e ao recém-nascido e a contratação de uma nutricionista para acompanhar os pacientes referenciados do PSF, entre outras. Sendo necessário implementar as ações básicas de atenção à saúde, através do Programa de Saúde da Família e do Departamento de Vigilância em Saúde e demais áreas técnicas da saúde, com o objetivo de melhorar e garantir um atendimento que proporcione uma assistência de qualidade a população, visando reduzir o índice de mortalidade, em especial os óbitos considerados prematuros.

#### 2.4. MORBIDADE HOSPITALAR POR GRUPOS DE CAUSAS E FAIXA ETÁRIA (Fonte: Portal DATASUS Tabnet/SIH - Jan - 0)

Internações por Capítulo CID-10	null												
	Menor 1	1 a 4	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 29	30 a 39	40 a 49	50 a 59	60 a 69	70 a 79	80	Total
Capítulo I Algumas doenças infecciosas e parasitárias	5	1	0	0	1	1	1	3	3	3	3	1	22

Internações por Capítulo CID-10	Menor 1	1 a 4	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 29	30 a 39	40 a 49	50 a 59	60 a 69	70 a 79	80	Total
Capítulo II Neoplasias (tumores)	0	3	9	2	1	3	17	41	15	4	4	2	101
Capítulo III Doenças do sangue e dos órgãos hematopoiéticos e alguns transtornos imunitários	0	0	0	0	0	0	0	4	2	3	4	3	16
Capítulo IV Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas	1	1	1	0	0	0	0	1	4	2	1	1	12
Capítulo V Transtornos mentais e comportamentais	0	0	0	0	5	2	4	5	0	0	0	0	16
Capítulo VI Doenças do sistema nervoso	0	2	1	2	0	0	3	0	0	0	0	0	8
Capítulo VII Doenças do olho e anexos	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Capítulo VIII Doenças do ouvido e da apófise mastoide	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
Capítulo IX Doenças do aparelho circulatório	0	1	0	0	0	1	1	6	8	16	9	7	49
Capítulo X Doenças do aparelho respiratório	5	5	2	4	0	5	2	1	2	3	3	6	38
Capítulo XI Doenças do aparelho digestivo	1	4	13	5	1	13	9	11	16	10	8	6	97
Capítulo XII Doenças da pele e do tecido subcutâneo	1	1	0	0	1	1	1	2	3	1	1	1	13
Capítulo XIII Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo	0	0	0	1	1	1	2	1	0	2	1	0	9
Capítulo XIV Doenças do aparelho geniturinário	2	6	1	1	2	5	10	10	7	9	2	2	57
Capítulo XV Gravidez, parto e puerpério	0	0	0	3	57	159	85	9	0	0	0	0	313
Capítulo XVI Algumas afecções originadas no período perinatal	24	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	24
Capítulo XVII Malformações congênitas, deformidades e anomalias cromossômicas	0	6	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	9
Capítulo XVIII Sintomas, sinais e achados anormais de exames clínicos e de laboratório, não classificados em outra parte	0	0	0	0	0	0	2	2	6	3	3	0	16
Capítulo XIX Lesões, envenenamento e algumas outras consequências de causas externas	0	1	6	5	1	27	14	18	13	4	6	7	102
Capítulo XXI Fatores que influenciam o estado de saúde e o contato com os serviços de saúde	0	0	0	1	0	12	8	3	2	0	1	0	27
<b>Total</b>	<b>39</b>	<b>31</b>	<b>36</b>	<b>24</b>	<b>70</b>	<b>230</b>	<b>160</b>	<b>117</b>	<b>82</b>	<b>60</b>	<b>46</b>	<b>36</b>	<b>931</b>





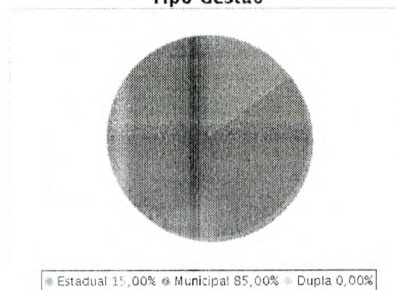
### Análise e considerações sobre Mortalidade

Em 2017, as medidas adotadas no planejamento familiar foram intensificadas (palestras, distribuição de contraceptivos), possibilitando uma melhor cobertura nas consultas com as gestantes e puerpério, tendo uma redução considerável de gravidez na adolescência. Porém, ainda é necessário intensificar as ações de forma efetiva para reduzir o número de gestantes adolescentes. É significativo o número de atendimento aos pacientes com doenças nos aparelhos circulatório, respiratório, digestivo, doenças endócrinas, transtornos mentais e neoplasias. Com o objetivo de reduzir o número de agravos a saúde da população, o município realizou ações através de palestras educativas promovidas pelas Equipes de Saúde da Família com temas de alimentação saudável, hipertenção, IST's entre outros temas abordados, visando o controle de condições de risco de alguns agravos como: obesidade, vida sedentária, tabagismo, diabetes e hipertensão arterial, alcoolismo e saúde mental. Além da implementação do programa de atividade física e do programa do tabagismo. Com relação aos casos de neoplasia, a Atenção Básica está investindo em facilitar o acesso aos pacientes através da realização de exames preventivos, contratação de um médico ginecologista, visando diagnosticar precocemente os casos novos, investindo em busca ativa e em casos com diagnóstico positivo, é realizado o acompanhamento do tratamento pelo PSF, e encaminhado aos médicos especialistas e quando necessário é disponibilizado transporte para realizar o tratamento especializado em Aracaju.

## 3.1 TIPO GESTÃO

Tipo de Estabelecimento	Total	Municipal	Estadual	Dupla
POSTO DE SAUDE	4	4	0	0
CENTRO DE SAUDE/UNIDADE BASICA	6	6	0	0
UNIDADE MOVEL DE NIVEL PRE-HOSPITALAR NA AREA DE URGENCIA	1	0	1	0
CLINICA/CENTRO DE ESPECIALIDADE	3	2	1	0
FARMACIA	1	1	0	0
UNIDADE DE APOIO DIAGNOSE E TERAPIA (SADT ISOLADO)	1	1	0	0
UNIDADE DE VIGILANCIA EM SAUDE	1	1	0	0
SECRETARIA DE SAUDE	1	1	0	0
CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	1	1	0	0
PRONTO ATENDIMENTO	1	0	1	0
<b>Total</b>	<b>20</b>	<b>17</b>	<b>3</b>	<b>0</b>

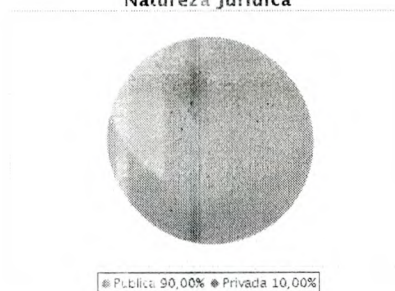
Tipo Gestão



## 3.2. NATUREZA JURÍDICA (GERÊNCIA)

Tipo de Estabelecimento	Total	Municipal	Estadual	Dupla
ESTADUAL	9	0	9	0
MUNICIPAL	45	45	0	0
PRIVADA	6	6	0	0
<b>Total</b>	<b>60</b>	<b>51</b>	<b>9</b>	<b>0</b>

Natureza Jurídica

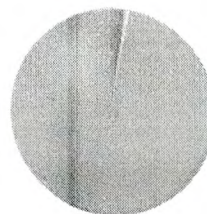


## Análise e considerações do Gestor sobre Prestadores de Serviços ao SUS

A gestão municipal é responsável por 90% de atendimentos a população através da Atenção Básica, Saúde Bucal, serviços de vigilância em saúde e demais serviços ofertados na área da saúde. Também é de responsabilidade da gestão pública municipal os serviços ofertados de Fisioterapia, Atividade Física, Programa de Tabagismo e marcação de exames no Centro Integrado de Promoção e Prevenção a Saúde Prefeito Horácio Fernandes Fontes – CIPPS; os serviços de Assistência Farmacêutica e o CAPS (Centro de Atenção Psicossocial Braz Fernandes Fontes), como também são ofertados atendimentos com os seguintes especialistas: cirurgião geral, psiquiatra, ginecologista, psicólogo, fonoaudiólogo, nutricionista e pediatra. Sob responsabilidade da gestão estadual temos a UPA 24h Dr. Bernardino Ividieri cuja gestão é realizada pela Fundação Hospitalar, SAMU (Sistema de Atendimento Móvel de Urgência), e o CEO (Centro Especializado Odontológico). Contamos também com rede privada de laboratório, ambulatórios médicos e consultórios odontológicos. E são ofertado aos sócios do sindicato rural do município atendimento com dermatologista, dentista e oftalmologista.

AUTONOMO	
TIPO	TOTAL
PESSOA FISICA	4
TOTAL	4
BOLSA	
TIPO	TOTAL
BOLSISTA	3
TOTAL	3
INFORMAL	
TIPO	TOTAL
CONTRATADO VERBALMENTE	1
TOTAL	1
INTERMEDIADO	
TIPO	TOTAL
AUTONOMO	1
TOTAL	1
VINCULO EMPREGATICIO	
TIPO	TOTAL
CARGO COMISSONADO	1
CELETISTA	2
CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO	111
EMPREGO PUBLICO	55
ESTATUTARIO	118
TOTAL	287

## Vínculo



AUTONOMO
  BOLSA
  INFORMAL
  INTERMEDIADO  
 VINCULO EMPREGATICIO

## Análise e Considerações Profissionais SUS

O maior número de servidores da saúde são efetivos através de concurso público.

## 5. Programação Anual de Saúde e Pactuação da Saúde

## Pactuação Interfederativa 2017 a 2021

## Relação de Indicadores

Nº	Indicador	Meta 2017	Resultado	Unidade
1	NÚMERO DE ÓBITOS PREMATUROS (de 30 a 69 anos) PELO CONJUNTO DAS 4 PRINCIPAIS DCNT (DOENÇAS DO APARELHO CIRCULATÓRIO, CÂNCER, DIABETES E DOENÇAS RESPIRATÓRIAS CRÔNICAS)	30,00	35,00	N.Absoluto
10	PROPORÇÃO DE ANÁLISES REALIZADAS EM AMOSTRAS DE ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO QUANTO AOS PARÂMETROS COLIFORMES TOTAIS, CLORO RESIDUAL LIVRE E TURBIDEZ	80,00	96,30	%
11	RAZÃO DE EXAMES CITOPATOLÓGICOS DO COLO DO ÚTERO EM MULHERES DE 25 A 64 ANOS NA POPULAÇÃO RESIDENTE DE DETERMINADO LOCAL E A POPULAÇÃO DA MESMA FAIXA ETÁRIA	0,52	0,41	RAZÃO
12	RAZÃO DE EXAMES DE MAMOGRAFIA DE RASTREAMENTO REALIZADOS EM MULHERES DE 50 A 69 ANOS NA POPULAÇÃO RESIDENTE DE DETERMINADO LOCAL E POPULAÇÃO DA MESMA FAIXA ETÁRIA	0,22	0,45	RAZÃO
13	PROPORÇÃO DE PARTO NORMAL NO SUS E NA SAÚDE SUPLEMENTAR	62,00	57,43	%
14	PROPORÇÃO DE GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA ENTRE AS FAIXAS ETÁRIAS 10 A 19 ANOS	21,00	16,89	%
15	TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL.	4,00	5,00	N.Absoluto
16	NÚMERO DE ÓBITOS MATERNS EM DETERMINADO PERÍODO E LOCAL DE RESIDÊNCIA	0,00	0,00	N.Absoluto
17	COBERTURA POPULACIONAL ESTIMADA PELAS EQUIPES DE ATENÇÃO BÁSICA.	100,00	100,00	%
18	COBERTURA DE ACOMPANHAMENTO DAS CONDICIONALIDADES DE SAÚDE DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA	78,00	92,65	%
19	COBERTURA POPULACIONAL ESTIMADA DE SAÚDE BUCAL NA ATENÇÃO BÁSICA	70,09	80,99	%
2	PROPORÇÃO DE ÓBITOS DE MULHERES EM IDADE FÉRTIL (MIF) INVESTIGADOS	90,00	100,00	%
20	PERCENTUAL DE MUNICÍPIOS QUE REALIZAM NO MÍNIMO SEIS GRUPOS DE AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, CONSIDERADAS NECESSÁRIAS A TODOS OS MUNICÍPIOS.	100,00	100,00	%

Nº	Indicador	Meta 2017	Resultado	Unidade
21	AÇÕES DE MATRICIAMENTO REALIZADAS POR CAPS COM EQUIPES DE ATENÇÃO BÁSICA	100,00	100,00	%
22	NÚMERO DE CICLOS QUE ATINGIRAM MÍNIMO DE 80% DE COBERTURA DE IMÓVEIS VISITADOS PARA CONTROLE VETORIAL DA DENGUE	4,00	1,00	N.Absoluto
23	PROPORÇÃO DE PREENCHIMENTO DO CAMPO "OCUPAÇÃO" NAS NOTIFICAÇÕES DE AGRAVOS RELACIONADOS AO TRABALHO	95,00	100,00	%
3	PROPORÇÃO DE REGISTRO DE ÓBITOS COM CAUSA BÁSICA DEFINIDA	95,00	96,30	%
4	PROPORÇÃO DE VACINAS SELECIONADAS DO CNV PARA CRIANÇAS < 2 ANOS - PENTAVALENTE (3ª DOSE), PNEUMOCÓCICA 10-VALENTE (2ª), POLIOMIELITE (3ª) E TRÍPLICE VIRAL (1ª) - COM COBERTURA VACINAL PRECONIZADA	100,00	0,00	%
5	PROPORÇÃO DE CASOS DE DOENÇAS DE NOTIFICAÇÃO COMPULSÓRIA IMEDIATA (DNCI) ENCERRADAS EM ATÉ 60 DIAS APÓS NOTIFICAÇÃO	85,00	100,00	%
6	PROPORÇÃO DE CURA DOS CASOS NOVOS DE HANSENÍASE DIAGNOSTICADOS NOS ANOS DAS COORTES	95,00	100,00	%
7	NÚMERO DE CASOS AUTÓCTONES DE MALÁRIA			N.Absoluto
8	NÚMERO DE CASOS NOVOS DE SÍFILIS CONGÊNITA EM MENORES DE UM ANO DE IDADE	2,00	7,00	N.Absoluto
9	NÚMERO DE CASOS NOVOS DE AIDS EM MENORES DE 5 ANOS	0,00	0,00	N.Absoluto

#### 5.1 Execução Orçamentária

Recursos Orçamentários

**Valor** R\$ 10.717.911,27 **Valor** R\$ 10.668.903,88

Análise e Considerações

A Saúde teve um grande avanço com o aumento de cobertura populacional estimada pela equipe de Atenção Básica, com a participação de nove médicos do PSF, sendo 03 médicos do Programa do Governo Federal "Ivãis Médicos", que estão desenvolvendo um atendimento de qualidade a população, juntamente com os demais profissionais da atenção básica. Tivemos um aumento considerável nos indicadores de saúde bucal, com relação à cobertura populacional e no quantitativo dos procedimentos realizados, visando desenvolver ação coletiva de escovação dental supervisionada e reduzir o percentual de exodontia, intensificando o acesso à orientação para prevenção de doenças bucais.

Conseguimos ampliar o número de oferta de exames citopatológico e de mamografia, realizando diversas ações e campanhas para estimular as mulheres realizarem seus exames, atingindo as metas pactuadas no SISPACTO. Sendo necessário intensificar as ações nas campanhas de vacina referente o calendário nacional, estimular o parto normal no pré natal e fortalecer o acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, mediante aprimoramento da política de atenção básica e da atenção especializada, com atividades específicas para pacientes com agravos crônicos não transmissíveis (diabéticos, hipertensos) e agravos transmissíveis em especial aos idosos.

Assim, com a integração e compromisso dos profissionais que compõe toda rede municipal de saúde, que tem um papel fundamental na avaliação das informações consolidadas mediante a quantificação das doenças ou cálculo das taxas e coeficientes de morbidade e morbi-mortalidade, foi possível o controle das doenças, contribuindo de forma efetiva na organização dos serviços de saúde e intervenção nos níveis de saúde pública de fácil acesso e engajada com a resolutividade.

A secretaria de saúde busca intensificar as ações, visando melhorar a qualidade na prestação de serviço, com o intuito de aprimorar a oferta das ações e nos serviços de cobertura de assistência da atenção básica, saúde bucal e da assistência da Vigilância em Saúde e demais áreas.

Sendo necessário, implementar as ações programadas da atenção à saúde de forma multidisciplinar, para assegurar o cumprimento das metas pactuadas com o Ministério da Saúde, fortalecendo o acesso aos serviços de qualidade de assistência em saúde, através da promoção de uma política de saúde voltada a toda comunidade.

## 6. DEMONSTRATIVO DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS (Fonte: SIOPS)

### 6.1 DEMONSTRATIVO DA UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS (Fonte: SIOPS)

Última atualização: 26/03/2018 22:13:46

	RECEITAS (R\$)						DESPESAS (R\$)					Movimentação Financeira		
	Transferência fundo a fundo			Op. Crédito /Rend. /Outros	Recursos Próprios	Total	Dotação	Empenhada	Liquidada	Paga	Orçada	RP/Outros Pagamentos	Saldo Finan. do Exercício Anterior	Saldo Finan. do Exercício Atual
	Federal	Estadual	Outros Municípios											
Outros Programas Financeiros por Transferência Fundo a Fundo	670.420,69	0,00	0,00	0,00	0,00	670.420,69	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	670.420,69
Atenção Básica	3.566.959,52	0,00	0,00	0,00	0,00	3.566.959,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.566.959,52
Vigilância em Saúde	242.590,22	0,00	0,00	0,00	0,00	242.590,22	452.032,59	440.935,87	440.935,87	439.935,87	533.200,00	0,00	0,00	-197345,65
Atenção de MAC Ambulatorial e Hospitalar	1.017.105,88	0,00	0,00	0,00	0,00	1.017.105,88	804.026,59	804.026,59	804.026,59	756.533,08	1.114.900,00	0,00	0,00	260.572,80
Assistência Farmacêutica	177.182,48	0,00	0,00	0,00	0,00	177.182,48	317.913,22	317.637,84	317.637,84	309.096,97	162.500,00	0,00	0,00	-131914,49
Piso de Atenção Básica Fixo (PAB Fixo)	1.849.056,02	0,00	0,00	0,00	0,00	1.849.056,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.849.056,02
Piso de Atenção Básica Variável (PAB Variável)	1.717.903,50	0,00	0,00	0,00	0,00	1.717.903,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.717.903,50
Saúde da Família	910.831,50	0,00	0,00	0,00	0,00	910.831,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	910.831,50
Agentes Comunitários de Saúde	606.372,00	0,00	0,00	0,00	0,00	606.372,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	606.372,00
Saúde Bucal	200.700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.700,00
Vigilância Sanitária	77.549,24	0,00	0,00	0,00	0,00	77.549,24	108.088,67	108.088,67	108.088,67	107.088,67	141.900,00	0,00	0,00	-29539,43
Componente Básico da Assistência Farmacêutica	177.182,48	0,00	0,00	0,00	0,00	177.182,48	317.913,22	317.637,84	317.637,84	309.096,97	162.500,00	0,00	0,00	-131914,49
Limite Financeiro da MAC Ambulatorial e Hospitalar	1.017.105,88	0,00	0,00	0,00	0,00	1.017.105,88	804.026,59	804.026,59	804.026,59	756.533,08	1.114.900,00	0,00	0,00	260.572,80
Teto financeiro	1.017.105,88	0,00	0,00	0,00	0,00	1.017.105,88	804.026,59	804.026,59	804.026,59	756.533,08	1.114.900,00	0,00	0,00	260.572,80
Vigilância Epidemiológica e Ambiental em Saúde	165.040,98	0,00	0,00	0,00	0,00	165.040,98	343.943,92	332.847,20	332.847,20	332.847,20	391.300,00	0,00	0,00	-167806,22
Outras	0,00	50.407,60	0,00	98.417,60	3.814.101,29	3.962.926,49	9.143.938,87	9.106.303,58	9.091.658,76	8.899.553,07	6.785.200,00	135.153,07	2.138.600,44	-2933179,21

#### Análise Sobre a Utilização dos Recursos

No quadro acima analisamos a execução financeira dos recursos transferidos fundo a fundo, ou seja, do Fundo Nacional de Saúde para o Fundo Municipal de Saúde. O repasse é feito por bloco de financiamento conforme Portaria 204. Sendo: Assistência Farmacêutica: 177.182,48, Atenção Básica (Fixo: 1.849.056,02 e Variável: 1.717.903,50) e demais blocos de financiamento. Sendo o maior valor do repasse específico para atenção básica.

## 8. INDICADORES FINANCEIROS (Fonte: SIOPS)

### 8.1. INDICADORES FINANCEIROS (Fonte: SIOPS)

Última atualização:  
26/03/2018 12:51:49

Participação % da receita de impostos na receita total do Município	5,37%
Participação % das transferências intergovernamentais na receita total do Município	92,07%
Participação % das Transferências para a Saúde (SUS) no total de recursos transferidos para	12,35%
Participação % das Transferências da União para a Saúde no total de recursos transferidos	97,17%
Participação % das Transferências da União para a Saúde (SUS) no total de Transferências da	21,08%
Participação % da Receita de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais na Receita	49,44%
Para Fins de Cálculo do Percentual da LC141/2012	0,00%
Despesa total com Saúde, em R\$/hab, sob responsabilidade do município, por habitante	R\$397,26
Participação % da despesa com pessoal na despesa total com Saúde	80,01%
Participação % da despesa com medicamentos na despesa total com Saúde	2,49%
Participação % da desp. com serviços de terceiros - pessoa jurídica na despesa total com	6,79%
Participação % da despesa com investimentos na despesa total com Saúde	3,79%
% das transferências para a Saúde em relação à despesa total do município com saúde	54,74%
% da receita própria aplicada em Saúde conforme a LC 141/2012	16,51%

## Análise Sobre os Indicadores Financeiros

O Município aplicou em Saúde 16,51% da receita própria, cumprindo o que preconiza o Art. 7º da LC 141/2012 referente ao percentual mínimo de 15%. As despesas totais com saúde, em R\$/Hab, sob responsabilidade do Município foi de R\$ 397,26 por habitante. As Despesas Com Pessoal na despesas total com Saúde atingiu 80,01%, e os serviços de terceiros – Pessoa Jurídica 8,9%.



## 9. DEMONSTRATIVO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS COM SAÚDE (Fonte: SIOPS)

Última atualização: 26/03/2018 22:21:00

## 9.1 - DEMONSTRATIVO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS COM SAÚDE (Fonte: SIOPS)

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Jan a Dez (b)	%(b/a)x100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	2.195.000,00	2.195.000,00	2.728.979,04	124,32
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	125.000,00	125.000,00	100.763,94	80,61
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	100.000,00	100.000,00	188.897,72	188,89
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	650.000,00	650.000,00	780.735,67	120,11
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.300.000,00	1.300.000,00	1.641.912,95	126,30
Imposto Territorial Rural - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Ativa dos Impostos	20.000,00	20.000,00	16.668,76	83,34
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	24.015.000,00	24.015.000,00	22.394.570,78	93,26
Cota-Parte FPM	18.500.000,00	18.500.000,00	16.995.753,38	91,86
Cota-Parte ITR	2.000,00	2.000,00	7.391,02	369,55
Cota-Parte IPVA	700.000,00	700.000,00	579.038,76	82,71
Cota-Parte ICMS	4.800.000,00	4.800.000,00	4.803.416,02	100,07
Cota-Parte IPI-Exportação	3.000,00	3.000,00	3.748,84	124,96
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	10.000,00	10.000,00	5.222,76	52,22
Desoneração ICMS (LC 87/96)	10.000,00	10.000,00	5.222,76	52,22
Outras				
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	26.210.000,00	26.210.000,00	25.123.549,82	95,86

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Jan a Dez (d)	%(d/c)x100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	6.245.000,00	6.245.000,00	5.823.083,99	93,24
Provenientes da União	6.000.000,00	6.000.000,00	5.674.258,79	94,57
Provenientes dos Estados	235.000,00	235.000,00	50.407,60	21,45
Provenientes de Outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas do SUS	10.000,00	10.000,00	98.417,60	984,17
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS				
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	6.245.000,00	6.245.000,00	5.823.083,99	93,24

## 9.2. DESPESAS COM SAÚDE

## 9.2.1. DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza de Despesa)

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza de Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EXECUTADAS		
			LIQUIDADAS Jan a Dez (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	% (f+g)/e
DESPESAS CORRENTES	10.363.100,00	10.313.263,44	10.249.787,04	14.644,82	99,53
Pessoal e Encargos Sociais	7.386.200,00	8.583.216,30	8.535.768,35	0,00	99,45
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	2.976.900,00	1.730.047,14	1.714.018,69	14.644,82	99,92

DESPESAS DE CAPITAL	333.000,00	404.647,83	404.472,02	0,00	99,96
Investimentos	331.000,00	404.647,83	404.472,02	0,00	99,96
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	10.696.100,00	10.717.911,27		10.668.903,88	99,54

### 9.2.2. DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE, AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS		
			LIQUIDADAS Jan a Dez (h)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)	%[(h+i)/V (f+g)]
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	N/A		0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO	N/A		0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	N/A		6.506.081,95	937,00	60,99
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	N/A		6.461.144,86	937,00	60,57
Recursos de Operações de Crédito	N/A		0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	N/A		44.937,09	0,00	0,42
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	N/A		0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO	N/A	N/A	N/A	13.707,82	
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA	N/A	N/A	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO	N/A	N/A	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)		N/A		6.520.726,77	61,12

TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = [(IV(f+g)-V(h+i))	""	0,00	""	N/A
--	----	------	----	-----

<b>PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = [VI(H+I) /</b>	16,51
--	-------

VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI(h+i)-(15*IIIb)/100]	379.644,64
--	------------

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2017	0,00	N/A	N/A	N/A	0,00
Inscritos em 2016	2.858,79	0,00	0,00	2.858,79	0,00
Inscritos em 2015	148.142,47	131.575,97	16.566,50	0,00	0,00
Inscritos em 2014	23.285,86	0,00	8.280,86	15.005,00	0,00
Inscritos em 2013	22.065,02	0,00	20.099,06	1.965,96	0,00
Inscritos em 2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	196.352,14	131.575,97	44.946,42	19.829,75	0,00

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, § 1º e 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (j)	Saldo Final (Não Aplicado)
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2017	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2016	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2015	0,00	0,00	0,00

Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2014	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2013	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2012	N/A	N/A	N/A
Total (VIII)	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DE VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 e 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (k)	Saldo Final (Não Aplicado)
Diferença de limite não cumprido em 2016	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2015	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2014	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2013	0,00	0,00	0,00
Total (IX)	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS		
			LIQUIDADAS Jan a Dez (l)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (m)	% [(l+m)/total (l+m)]x100
Atenção Básica	0,00	5.095.407,85	5.060.114,10	937,00	47,44
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	0,00	845.957,59	845.912,61	0,00	7,93
Suporte Profilático e Terapêutico	0,00	317.913,22	317.637,84	0,00	2,98
Vigilância Sanitária	0,00	108.088,67	108.088,67	0,00	1,01
Vigilância Epidemiológica	0,00	343.943,92	332.847,20	0,00	3,12
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Subfunções	0,00	4.006.600,02	3.989.658,64	13.707,82	37,52
TOTAL	0,00	10.717.911,27		10.668.903,88	100,00

#### Análise Sobre Demonstrativo Orçamentário

Dotação programada para o ano de 2017: 10.717.911,27, sendo as despesas executadas: 10.668.903,88  
 Valor referente a diferença entre o valor executado e o limite mínimo constitucional = R\$ 379.844,64 com um total do repasse de 10,51%

#### 10. AUDITORIAS

**Auditorias realizadas ou em fase de execução? (Em andamento, Encerrada, Programada, Reprogramada ou Cancelada)**

Não

**Ente Federado:**

BOQUIM

**Demandante:**

**Órgão responsável pela auditoria:**

**SISAUD/SUS:**

**Nº da auditoria:**

**Finalidade da auditoria:**

**Status da auditoria:**

**Unidade(s) auditada(s):**

**Recomendações**

**Encaminhamentos**

## 11. ANÁLISE E CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO

### 11.1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

Apresentamos o Relatório Anual de Gestão 2017, serve de instrumento de gestão para possibilitar a condução do SUS, visando coordenar o Sistema Municipal de Saúde, executar, acompanhar e avaliar os serviços e ações de modo a alcançar a efetividade esperada na melhoria da qualidade dos níveis de saúde de sua população e no aperfeiçoamento do Sistema Local de Saúde.

As ações executadas foram planejadas, embasada nas metas pactuadas através do SISACTO, da Programação das Ações do Sistema Nacional de Vigilância em Saúde (ProgV/S), Programação Anual de Saúde - PAS 2017, do Plano Municipal de Saúde 2014 a 2017, das propostas elencadas na VI Conferência Municipal de Saúde e do Plano de Governo, a qual possibilitou adotar medidas de controle de intervenção, prevenção e controle, de acordo as necessidades da população e dos fatores de risco com a finalidade de proporcionar aos usuários uma melhor qualidade de assistência em saúde. As informações descritas foi possível reconhecer as prioridades na alocação de recursos financeiros, a fim de sanar os déficit de satisfação e oferecer um serviço de qualidade para atender à demanda da população, e contribui de forma efetiva na organização dos serviços de saúde e intervenção nos níveis de saúde pública de fácil acesso e engajada com a resolutividade.

É importante enfatizar a importância da parceria com outras secretarias (ação Social, obras, educação, agricultura), e com outros órgãos (UPA 24horas), e também o importante papel do Conselho Municipal de Saúde como representante da sociedade e da promotoria de justiça sempre sensível com a melhoria da qualidade das ações de saúde, fortalecendo dessa forma a construção do SUS em nosso município.

Portanto, a Política Municipal de Saúde visa à redução do risco de agravos e o acesso universal e igualitário às ações para a sua promoção, proteção e recuperação, assegurando a equidade na atenção, diminuindo as desigualdades e promovendo serviços de qualidade, com ênfase em programas de ação preventiva, humanização do atendimento e gestão participativa, buscando a satisfação do usuário através do relacionamento dos profissionais com a comunidade e do reconhecimento da saúde como um direito de cidadania.

### 11.2. RECOMENDAÇÕES PARA A PRÓXIMA PROGRAMAÇÃO ANUAL DE SAÚDE E/OU REDIRECIONAMENTOS PARA O PLANO DE SAÚDE

Implementar as ações de Vigilância em Saúde (sanitária, epidemiológica e controle de zoonose);

Intensificar as ações de combate ao Mosquito *Aedes aegypti*;

Ampliar e promover a realização das ações de forma efetiva, visando à redução dos principais agravos à saúde da população;

Implementar as ações de controle das DST's, dando ênfase a prevenção dos casos de sífilis congênita e HIV em recém nascidos;

Planejar as ações de forma articulada com todas as áreas técnicas da saúde;

Implementar estratégias de educação em saúde no território de forma continuada;

Incentivar a participação da sociedade na definição do planejamento, fiscalização e avaliação das políticas de saúde, efetivando o controle social. Reduzir o índice de mortalidade infantil;

Fortalecer o acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, mediante aprimoramento da política de atenção básica e da atenção especializada, com atividades específicas para pacientes com agravos crônicos não transmissíveis (diabéticos, hipertensos) e agravos transmissíveis em especial aos idosos;

Organizar a Rede de Atenção à Saúde Materna e Infantil para garantir acesso, acolhimento e resolutividade;

Fortalecer e ampliar as ações de prevenção, detecção precoce e tratamento oportuno do Câncer de Mama e do Colo de útero;

Garantir o acesso à promoção e cuidado em Saúde Mental no território;

intensificar as estratégias com relação a violência doméstica de forma articulada.

### 11.3. ARQUIVOS ANEXOS

Documento	Tipo de Documento
Plano de Saude Boquim 2018 a 2021 FINAL.pdf	Plano de Saúde do período 2014 - 2017
Resolução 05-2018 PMS 2018-2021.pdf	Resolução do Conselho de Saúde que aprova o Plano de Saúde do período de 2014 a 2017
plano de ação da saúde final 2017 finalidade.pdf	Programação Anual de Saúde referente ao Ano do RAG
Resolução 07 PAS 2017.pdf	Resolução do Conselho de Saúde que aprova a programação anual de saúde referente ao ano do RAG
Programação Anual de Saúde 2018 finalizado.pdf	Programação Anual de Saúde do período 2014
Resolução PAS 2018(1).pdf	Resolução do Conselho de Saúde que aprova a Programação Anual de Saúde do período de 2014

## 12. APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO

### 12.1 RELATÓRIO QUADRIMESTRAL (LC 141/12)

Enviado para Câmara de Vereadores em	1º QUA	2º QUA	3º QUA
Enviado ao Conselho de Saúde em	14/09/2017	21/12/2017	21/02/2018
Enviado para Câmara de Vereadores em	29/09/2017	01/12/2017	14/03/2018

### 12.2. RELATÓRIO ANUAL DE GESTÃO (RAG)

#### 12.2.1. INFORMAÇÕES DO GESTOR

	Horário de Brasília
Enviado ao Conselho de Saúde para apreciação em	27/03/2018 12:21:31
Enviado ao Tribunal de contas a que está jurisdicionando em	
Enviado à Câmara de Vereadores em	
Reenviado ao Conselho de Saúde para reapreciação em	

#### 12.2.2. INFORMAÇÕES DO CONSELHO DE SAÚDE

	Horário de Brasília
Data de Recebimento do RAG pelo CS	27/03/2018 12:21:31
Apreciado pelo Conselho de Saúde em	12/04/2018 10:58:35
Reapreciado pelo Conselho em	
Parecer do Conselho de Saúde	<p>O Conselho Municipal de Saúde do município de Boquim/SE apreciou o Relatório Anual de Gestão - RAG 2017, com base na documentação apresentada através do SARGUSUS, pela explanação da prestação de contas das ações pactuadas e realizadas pela secretária municipal de saúde e pelos coordenadores das respectivas áreas técnicas de saúde. Diante da análise e discussão das informações apresentadas para prestação de contas, este CMS reconhece os esforços empreendidos que possibilitaram melhorias das ações executadas na área da saúde com o alcance das metas e indicadores pactuados com o Ministério da Saúde, além da realização das ações propostas no Plano Municipal de Saúde, na Programação Anual de Saúde 2017 (PAS) e demais programações.</p> <p>Constatamos que o município aplicou em Saúde 16,51% da receita própria, cumprindo o que preconiza o Art. 7º da LC 141/2012 referente ao percentual mínimo de 15%.</p> <p>Na oportunidade, parabenizamos a dedicação e compromisso dos prestadores de serviços do SUS em Boquim na construção dos resultados obtidos, bem como as estratégias propostas alcançadas pela Gestão Municipal no ano 2017.</p> <p>Após análise, recomendamos a continuidade das ações e estratégias de prevenção e promoção à saúde de forma efetiva, intensificando novas estratégias para poder cumprir as metas que não foram possíveis serem atingidas pelo SISPACTO, PAS e PPA; bem como, sugerimos o fortalecimento e ampliação dos serviços de saúde ofertados para construção de uma atenção primária mais eficaz, contribuindo assim na melhor qualidade de vida da população.</p> <p>Diante do exposto, o Relatório de Gestão Anual 2017 foi aprovado por todos os Membros do Conselho Municipal de Saúde de Boquim/SE.</p>
Status da Apreciação	Aprovado
Resolução da Apreciação	06 Data 12/04/2018

BOQUIM - SE, 12 de abril de 2018

*Ana Cruz de Andrade*  
**ANA CRUZ DE ANDRADE**  
 Secretária Municipal de Saúde e Bem Estar





**Estado de Sergipe  
Prefeitura Municipal de Boquim  
Secretaria Municipal de Saúde e Bem-Estar  
Conselho Municipal de Saúde**

**RESOLUÇÃO DO CMS Nº06/2018**

Dispõe sobre a apreciação e aprovação do Relatório Anual de Gestão – RAG, através do Sistema de Apoio ao Relatório de Gestão - SARGSUS, referente ao ano de 2017.

O Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Boquim/SE, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

**Considerando** a apresentação do Relatório Anual de Gestão – RAG, através do Sistema de Apoio ao Relatório de Gestão - SARGSUS, referente ao ano de 2017, realizada pela equipe técnica e de gestão da Secretaria Municipal de Saúde, apreciada por parte dos membros do CMS, nas reuniões em sessão ordinária,

**Considerando** as decisões tomadas pelos membros do Conselho Municipal de Saúde de Boquim/SE, na reunião em sessões ordinárias nos dias 27 de março e 12 de abril de 2018.

**RESOLVE:**

**Aprovar** o Relatório Anual de Gestão – RAG, através do Sistema de Apoio ao Relatório de Gestão - SARGSUS, referente ao ano de 2017 da Secretaria Municipal de Saúde do município de Boquim/SE.

Boquim/SE, 12 de abril de 2018.

**JOEL DIAS FREITAS**  
Presidente do Conselho Municipal de Saúde



**Estado de Sergipe  
Prefeitura Municipal de Boquim  
Secretaria Municipal de Saúde e Bem-Estar  
Conselho Municipal de Saúde**

**PARECER DO CMS**

**Relatório Anual de Gestão - RAG 2017**

O Conselho Municipal de Saúde do município de Boquim/SE apreciou o Relatório Anual de Gestão - RAG 2017, com base na documentação apresentada através do SARGSUS e pela explanação da prestação de contas das ações pactuadas e realizadas pela secretária municipal de saúde e pelos coordenadores das respectivas áreas técnicas de saúde. Diante da análise e discussão das informações apresentadas para prestação de contas, este CMS reconhece os esforços empreendidos que possibilitaram melhorias das ações executadas na área da saúde com o alcance das metas e indicadores pactuados com o Ministério da Saúde, além da realização das ações propostas no Plano Municipal de Saúde, na Programação Anual de Saúde 2017 (PAS) e demais programações.

Constatamos que o município aplicou em Saúde 16,51% da receita própria, cumprindo o que preconiza o Art. 7º da LC 141/2012 referente ao percentual mínimo de 15%.

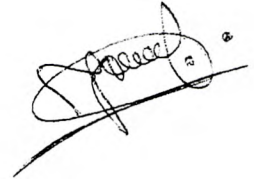
Na oportunidade, parabenizamos a dedicação e compromisso dos prestadores de serviços do SUS em Boquim na construção dos resultados obtidos, bem como as estratégias propostas alcançadas pela Gestão Municipal no ano 2017.

Após análise recomendamos a continuidade das ações e estratégias de promoção e prevenção em saúde de forma efetiva, intensificando novas estratégias para poder cumprir as metas que não foram possíveis serem atingidas pelo SISPACTO, PAS e PPA; bem como, sugerimos o fortalecimento e ampliação dos serviços de saúde ofertados para construção de uma atenção primária mais eficaz, contribuindo assim na melhor qualidade de vida da população.

Diante do exposto, o Relatório de Gestão Anual 2017 foi aprovado por todos os Membros do Conselho Municipal de Saúde de Boquim/SE.



Boquim/SE, 12 de abril de 2018.

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'Joel Dias Freitas', written in a cursive style.

*Joel Dias Freitas*

**JOEL DIAS FREITAS**  
Presidente do Conselho Municipal de Saúde